



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – FASC
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 11/2024

Aos vinte sete dias do mês de junho de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, sob coordenação da Presidência de **JOÃO VIRGÍLIO DE ALMEIDA GARCIA**, e na presença das seguintes representações:

ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS:

Valmir Chiarelo (S), **Instituto Leonardo Murialdo - Associação Protetora da Infância – Coras Partenon**; e Lucila Corrêa da Rosa (S), **Instituto Cultural São Francisco de Assis.**

ENTIDADES E/OU REPRESENTAÇÕES DE TRABALHADORES DO SUAS:

Dafne Rodrigues Pellegrino (T), **Conselho Regional de Psicologia – CRP – 7ª REGIÃO**; Adriana Leci dos Santos (T), **Conselho Regional de Serviço Social 10º Região – CRESS**; Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), **Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01**; Heloísa Helena Leão Viñolo (T), **Conselho Regional de Serviço Social 10º Região – CRESS – Coras Glória**; e Warná Frúhauf (T), **SEMAPI - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS, Coras Sul.**

ENTIDADES DE ORGANIZAÇÕES E/OU REPRESENTAÇÕES DE USUÁRIOS:

Tânia Mara da Silva Garcia (T), **Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Eixo Baltazar**; Gérson Luiz dos Reis Martins (T), **Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Leste.**

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL:

Ângela Voges Pinheiro Araújo (T), João Virgílio de Almeida Garcia (T), Laura da Silva Ferronato (T) e Cristiane Tubelo Bettio (S), **Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania**; Wilson Abascal Pastorini (S), **SMGOV – Secretaria Municipal de Governança Local**; Silvana Dutra (T) e Rochele Scott Marinho Neves (T), **SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**; Maria Marlene Jardim de Melo (T), **SMED – Secretaria Municipal de Educação**; Lauro dos Reis (S), **SMF – Secretaria Municipal da Fazenda**; Cleisson Lunardelli Sessegolo (T), **SMELJ – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude**; Geórgia Volkmer (S), **SMS - Secretaria Municipal de Saúde**; Joice Rodrigues (T), **SMAP – Secretaria Municipal de Planejamento de Administração e Patrimônio**;

Adriana Furtado Pereira da Silva (T), **SMPAE – Secretaria Municipal De Planejamento e Assuntos Estratégicos**; Marcos Caetano Corrêa (T) e Cátia Bolson (S), **SMTC – Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria**; Marco Antônio da Silva Martins (S), **DEM HAB – Departamento Municipal de Habitação**; Leonardo Bono (T), **SMCEC – Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa**; e Gelson Luiz Guarda (T) e André Luiz de Oliveira Ribeiro (S), **SMSEG – Secretaria Municipal de Segurança**.

FALTAS JUSTIFICADAS:

Patrícia Lane Araújo Reis (T) e Ana Cristina Aguiar de Oliveira (S), **Associação Beneficente Amurt Amurtel - CORAS Restinga 02**; e Juramar Vargas (T), **Fórum Municipal de Usuários do Suas – Coras Ilhas**.

DEMAIS PRESENTES:

Iara da Rosa, **OSC Ilê Mulher**; Cícero Adão Gomes, **Coletivo POP Rua**; Almadiva Gomes do Valle e João Fabiano, **Secretária Executiva do CMAS**; Jucemara Beltrame, **Assessoria Jurídica CMAS**; Fabiana Gross Reinehr, **Assessoria Técnica do CMAS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa**.

PAUTA:

1. **Aprovação de Atas – 2 e 3 (retificação);**
2. **Troca de Conselheiros;**
3. **Projeto - Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências;**
4. **Plano de ações para a calamidade;**
5. **Demandas da Comissão de Normas.**

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos às 14h13min:

João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania: Boa tarde a todos. Vamos iniciar então a plenária extraordinária do dia 27/06/2024. Início às 14:13. Teremos como pauta aqui, Pauta 11/2024: 1, Aprovação das Atas 2 e 3 (retificação); 2. Troca de conselheiros; 3. Projeto Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências; 4. Plano de Ação para a Calamidade; 5. Demandas da Comissão de Normas. Fechou o quórum. Então, vamos tocar.

1. APROVAÇÃO DE ATAS – 2 E 3 (RETIFICAÇÃO);

Aprovação das atas. As atas foram por e-mail, tinha só algumas mudanças ali que foram pautadas pelo conselheiro da Lomba. Tá aí o conselheiro da Lomba? Chegaram a olhar ali as

alterações que foram feitas, que foram solicitadas pelo conselheiro, tudo OK? Podemos passar então, para aprovar ou não? Então, referente às Atas 2 e 3, as retificações, aprovado ou não? Levante a mão quem aprova. Crachá. Crachá, perdão. Quem não aprova? Abstenções? Duas abstenções. Três abstenções. Então, **APROVADAS AS ATAS 2 E 3.**

2. TROCA DE CONSELHEIROS;

Temos aqui algumas trocas de conselheiros. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** SMSEG, Secretaria Municipal de Segurança. Titular fica Gelson Luiz Guarda. Suplente fica o André Luiz de Oliveira Ribeiro. O Gelson, tá aí? OK. **Gelson Luiz Guarda (T), SMSEG – Secretaria Municipal de Segurança:** Só dizer que é um prazer estar aqui neste Conselho, que a gente sabe que é muito qualificado. Talvez possamos contribuir com alguma coisa aqui. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Seja bem-vindo. E o suplente André também. Mas o André já tava, né? Não? Então já tive de outros. **André Luiz de Oliveira Ribeiro (S), SMSEG – Secretaria Municipal de Segurança:** Do Fórum de Segurança, já fui. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Está bem. Sejam bem-vindos. [Falas concomitantes]. Gente, vamos prestar atenção. Tá? **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Eixo Baltazar:** Eu gostaria de saber o cargo do Seu Gelson. **Gelson Luiz Guarda (T), SMSEG – Secretaria Municipal de Segurança:** Hoje Secretário Adjunto de Segurança. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Eixo Baltazar:** E pode ser conselheiro? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Pode, gente. É do governo. E o André. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Tá. Indicações agora da SMAP, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social. Titular Joice Rodrigues. Tá aí a Joice? E suplente, Maria Angélica da Rosa. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Seja bem-vinda, Joice. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** E aqui, atualização das indicações da Secretaria Municipal de Transparência, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social. O titular é Marcos Caetano Corrêa, e a suplente, Cátia Bonsom. Estão aí também? Sejam bem-vindos. **Ângela Maria de**

Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01: A sugestão da mesa é que a Comissão de Normas faça... **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** A gente vai só inverter a pauta 5, que a gente vai falar agora. Só antes a justificativa de ausência na plenária. Temos aqui o Juramar Vargas: “Bom dia. Infelizmente não poderei estar na plenária de hoje. Teremos a vinda do Ministro Pimenta nas Ilhas, na Creche Tia Jussara. É importante estar presente no território”. Então, Juramar justificando a sua ausência. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** A Patrícia fez justificativa hoje. Ela disse que ia mandar. Mas a Patrícia também justifica a ausência dela hoje, dela e da suplência, na realidade, que está na Coras.

5. DEMANDAS DA COMISSÃO DE NORMAS;

Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania: Então, a gente vai ler agora a pauta 5, Demandas da Comissão de Normas. Nova solicitação de inscrição. Então, o nome da OSC, **INSTITUTO LOJAS RENNER**, da Coras Leste, o serviço é assessoramento e qualificação e assessoramento para aceleração do território. Aprovada a inscrição da nova entidade. E manutenções: **CIEE - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL**, da Coras Centro. Aprovada a manutenção 2023 para o Programa Jovem Aprendiz. Então, em votação, quem aprova a nova inscrição e a manutenção? Alguma abstenção? Alguém contra? Então, **APROVADO**. Agora, sim.

3. PROJETO - SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS;

João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania: A gente vai passar para a pauta 3, né? Projeto de Serviços de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Pessoal, eu acho que só pra gente retomar um pouco assim, nós vamos tratar hoje então da questão desse projeto, que é o Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência. Ele é o projeto, então ele não trata única e exclusivamente somente deste momento, ele dá diretrizes para todas as questões de calamidades e de emergência que têm aí. Então, acho que primeiro só pra gente, enquanto Executiva, colocar a linha do tempo aí, que a gente foi então se apropriando e fazendo essa discussão. A Executiva do CMAS teve três

reuniões com a direção da Fasc para tratar especificamente da questão da calamidade. No dia 11/06 foi a última reunião aonde a Fasc apresenta pra Executiva que já tem o projeto e que já tem um plano de ação. No dia 13/06, esse projeto chega até o Conselho Municipal de Assistência Social. A Executiva faz a discussão e aí a gente entende que a gente precisa pra poder dar celeridade ao tempo e, enfim, a exigência da calamidade, a precariedade em relação a isso, a gente chamou uma reunião das comissões, né? As comissões aconteceram no dia 14/06. Todas as comissões, elas foram chamadas, Fiscalização, Normas, Bolsa e Políticas. Né? Que é justamente para que a gente pudesse já começar a analisar tanto o projeto quanto o plano. Então, a gente fez a reunião no dia 14/06. Aí nós tínhamos tirado o dia 19/06, que era uma quarta-feira, que acabou não se fazendo a reunião porque foi quando deu aquela chuva forte de novo e muitos conselheiros ficaram com dificuldade de sair da sua localidade. Então, no dia 24/06, a gente faz no CMAS a reunião das comissões de novo, com os retornos das questões que a gente tinha apresentado pra FASC, né? E hoje a gente tá trazendo para vocês na plenária do dia 27/06. Então, do dia 13/06 que chegou o projeto, hoje é 27/06, este Conselho vem tentando, inclusive, fazer a discussão o mais rápido possível para a gente conseguir atender aí a população de Porto Alegre, tá? Então, a gente teve a reunião aonde a gente apontou alguns questionamentos na comissão. Como a gente não realizou do dia 19, a Executiva também elencou algumas questões que precisavam de alguma informação um pouquinho mais da FASC. Hoje pela manhã a gente recebeu essas respostas, e a ideia então é que depois do projeto a gente esteja apresentando esse plano com os questionamentos e as devidas respostas. É isso, né? A FASC fez uma apresentação. Era uma apresentação sucinta e bem importante. Quem estava nas comissões conseguiu assistir, mas a gente acabou não chamando a FASC para fazer a apresentação hoje. Então, acho que a gente vai em linhas gerais tentando apresentar um pouco ela. Então, o projeto tem toda a apresentação, o marco legal, a justificativa, o que está previsto no SUAS. O objetivo geral. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Então, o objetivo geral do serviço é: “Assegurar provisões de ambiente físico, recursos materiais, humanos e trabalho social. Todas essas provisões devem ser empregadas na manutenção dos abrigos temporários como estratégias de resposta a esses eventos, conforme as necessidades detectadas”. Então, um pouquinho mais para cima antes no projeto, passou aquele quadrinho que são as três cores, que ele fala das fases de calamidade. Então, a gente tem a pré-emergência, com a prevenção, mitigação e preparação, e aí então esse projeto entra na pré-emergência. A emergência em si, que é a resposta, que são as ações desse projeto. Então, o plano de ação, que depois a gente

vai apresentar, eles entram nessa coluna do meio. E após a emergência, que é a recuperação e o restabelecimento, que também entra no projeto, justamente como um pós-emergência, né?

Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01: O que é importante dizer, que eles estão baseados no Decreto 10.593, de 24 de dezembro de 2020. Então, isso está colocado aqui, é o que está previsto naquele decreto ali.

Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania: Bom, aqui a gente tem só os objetivos específicos: “Acesso a serviços e benefícios socioassistenciais, garantindo o atendimento às pessoas e famílias atingidas. Coordenar as ações de projeto socioassistencial, assim como garantir a continuidade de atendimentos às pessoas e famílias que já vinham sendo acompanhadas pelos serviços no município. Cadastrar as famílias e indivíduos no Cadastro Único e Programa Bolsa Família para acesso aos programas sociais e de proteção social. Acompanhar os indivíduos e famílias atingidas e garantir proteção social, mitigar as consequências da situação de emergência, calamidade para as populações mais vulneráveis. Intensificar a proteção social, a proteção social, famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social. Assegurar acolhimento imediato em condições dignas e de segurança. Manter alojamentos provisórios quando necessário. Articular a rede de políticas públicas e redes sociais de apoio para promover as necessidades detectadas e reconstrução das condições de vida familiar e comunitária”. Aí aqui no público-alvo, quando nós estávamos em reunião com as comissões, foram feitas algumas solicitações de descrição do público, que vai ser efetivamente atingido pelo projeto, né? Que vai acessar o projeto. Então, são: “famílias, indivíduos atingidos por situações de emergência e calamidade pública, incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outras, que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais, e se encontram temporária ou definitivamente desabrigadas, removidas de áreas consideradas de risco por prevenção ou determinação do poder público”. E aqui então foi incluído o público, conforme indicado pelos conselheiros das comissões, nessas duas reuniões que nós citamos, que são pessoas em situação de rua, famílias unipessoais, povos originários, quilombolas e pescadores artesanais. Então, no projeto havia sido solicitado originalmente a alteração, alteração não, a indicação do público em si, e foi atendido então com essa ordem. Aqui são os eixos de atuação previstos no Governo Federal, então, pode passar, mais para conhecimento. Este projeto é disponibilizado, acho que é importante a gente focar mais no plano de ação do que no projeto em si, mostrando as alterações que foram solicitadas já pelas comissões. Pode descer um pouquinho, que eu quero ver 8.3. Então, aqui

também havia sido indicado pelas comissões, nessas últimas duas reuniões, referente a complementar a ideia de desmobilização do projeto, né? Então, no projeto, quando o projeto tinha sido apresentado pela Fasc nos dois primeiros momentos, ele não estava com plano de desmobilização completo. Então, isso foi retificado, foi incluído o plano completo, com planejamento, enfim, para fazer a desmobilização dos alojamentos provisórios quando houver. Então, o que tinha sido pactuado também ali era que pode haver transferência de alojamento, que deve ser organizada de acordo com o fluxo pactuado, que é justamente o da desmobilização. Então, a desmobilização ela pode ter uma desmobilização do abrigo total. Então, o abrigo, o alojamento provisório ele se encerra, né? Ou ele é remanejado. As pessoas saem de um espaço, vão para outro e aí se segue o mesmo fluxo de uma desmobilização comum, total. Então, também foi atendido na solicitação feita pelas comissões, esse retorno. Então, a organização dos alojamentos provisórios: “Não deve ser confundida com a provisão de moradia no campo da política de habitação, espaço que o cidadão deve ter sua demanda atendida de forma definitiva”. Por isso que ele é provisório. Então: “Os alojamentos devem poder disponibilizar sempre que possível infraestrutura adequada, ou seja, água potável encanada, energia elétrica, ventilação adequada, alimentação, espaço para estruturar, estruturar cozinha, preparar a e realizar as refeições, espaço de convívio, condição para higienização, vestuário de uso pessoal, com instalação de lavanderia, destinados espaços para secagem de roupas, chuveiros, sanitários, pias, em quantidade suficiente para o quantitativo de pessoas acolhidas. Manter condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade, privacidade e dignidade nos alojamentos provisórios, assegurando o cumprimento das normas sanitárias e de acessibilidade, de acordo com a orientação da Vigilância Sanitária. Aprimorar as instalações dos alojamentos provisórios, quando as condições de acolhimento não forem impossíveis de imediato. Garantir espaços adequados para armazenamento de alimentos, material de limpeza, itens de higiene e outros. Garantir sempre que possível, espaço para animais de estimação. Disponibilizar espaço para atendimento individual, familiar, grupo pela equipe técnica. Disponibilizar sempre que possível, espaço administrativo para armazenar o cadastro das famílias, indivíduos e os materiais pedagógicos para as atividades socioeducativas, reuniões de equipe técnica e outros”. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Só um pouquinho, só um pouquinho. Questionamento é no final ou pode fazer agora? **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Pode fazer agora. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** É, eu particularmente acho que essa parte aí que tá “sempre que possível”, dá abertura para fazer de qualquer jeito. O “sempre que possível” não pode ser. Não pode

226 fazer parte do projeto. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência**
 227 **Social e Cidadania:** É assim, existe o projeto de um modo geral, como um macro, como
 228 amplo, e dentro, depois de cada calamidade, existe o plano de ação, né? Então, a gente vai
 229 depois apresentar o plano de ação... **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Sim, mas o projeto é
 230 que dá a linha. Se no projeto tu diz “sempre que possível”, no plano de ação tu pode botar o
 231 que tu quiser. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e**
 232 **Cidadania:** Não, o plano de ação as mesmas normativas, né? **Iara da Rosa, OSC Ilê**
 233 **Mulher:** Não. Para mim esses itens, todos, quando começa lá no começo do projeto ali,
 234 primeira vez que tu fala “sempre que possível”... **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc –**
 235 **Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Ele fala “sempre que possível” e quando não
 236 imediato. Pode voltar ali no começo. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Se tu pegar ali a
 237 primeira frase. A primeira vez que tu diz “sempre que possível”. **Ângela Maria de Aguiar da**
 238 **Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras**
 239 **Restinga 01:** “Os alojamentos devem poder disponibilizar sempre que possível infraestrutura
 240 adequada”. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e**
 241 **Cidadania:** Ou seja, aí o que a gente tem que observar? **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:**
 242 Desculpa. Tu diz “sempre que possível”, daí tu bota “água potável”. E se o cara disser que não
 243 é possível, não vai ter? Se são tantos banheiros, não vai ter? Não, gente. Então, desculpa.
 244 **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Não,
 245 eu acho que são duas coisas. Acho que a tua observação tá correta, acho que a gente tem que
 246 remover esse “sempre que possível” do cabeçalho. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:**
 247 Exatamente. Isso é o mínimo. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de**
 248 **Assistência Social e Cidadania:** No entanto, tem observações ali, tudo que é essencial não
 249 tem “sempre que possível”. Por exemplo, espaço administrativo sempre que possível. Isso não
 250 é um item essencial ao alojamento, né? Mas a água não está escrito “sempre que possível”. A
 251 gente tira do cabeçalho o “sempre que possível”. Acho que a senhora tá correta. O que eu
 252 quero dizer é que os itens essenciais não estão nele mesmo com a questão do “sempre que
 253 possível”. Existem outros que sim. A gente suprime, não tem problema nenhum. **Cícero Adão**
 254 **Gomes, Coletivo POP Rua:** Olha só, eu entendi o que a Iara queria falar. Porque, algumas
 255 vezes, uma palavra, nós que somos já acostumados com isso, uma palavra chega lá na frente
 256 depois bem diferente. Se tu não tirar, se tu não ajeitar essa palavra, o “sempre que possível” ou
 257 “qualquer coisa”, ou “de qualquer forma”, eles lá fazem da forma que eles querem. E muda

tudo. Entendeu? **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Mas isso é tranquilo. A gente já anotou a página e a gente vai suprimir, não tem problema. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Obrigado pela colaboração. **Gérson Luiz dos Reis Martins (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Leste:** Acho que nós devíamos determinar um prazo para esses alojamentos temporários, porque depois de 90 dias já é um troço permanente. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** E como ele é um plano geral, ele não é um plano só para este momento. Cada momento terá que ser apresentado um plano de ação. [Falas concomitantes]. Por isso que o plano é geral, entendeu? Pra cada, que esperamos não ter, mas pra cada calamidade tem o plano de ação. **Laura da Silva Ferronato (T) e Fabiane Atanásio Souza (S), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** No plano de ação, Gérson, aparece isso. **Almadiva Gomes do Valle, Secretária Executiva do CMAS:** Na verdade, o projeto dá as linhas diretrizes, né? E o plano de ação vai apresentar para aquele momento. **Laura da Silva Ferronato (T) e Fabiane Atanásio Souza (S), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** É, isso a gente já anotou então. “Organizar espaço físico provisório de forma a manter núcleos familiares unidos, respeitando a individualidade dos membros e o direito à convivência familiar e comunitária. Promover, na medida do possível, ambientes lúdicos com atividades interessantes a cada faixa etária. Organizar o espaço respeitando diferenças geracionais e de gênero de modo a prevenir possíveis violações de direitos. Estabelecer canais de comunicação e tratamento de denúncias de violação de direitos entre as pessoas acolhidas. Violência contra mulher, abusos, exploração sexual, diferentes formas de violência, LGBTfobia, racismo, etc. Respeitar as manifestações identitárias dos usuários na organização de seu próprio espaço. Espaço de manifestação de credo, respeitando a laicidade do equipamento. Respeito ao uso de vestimentas tradicionais. Observação às restrições alimentares culturais ou religiosas, respeito à identidade de gênero ou aos diferentes arranjos familiares. Estabelecer parceria com a Secretaria de Segurança, Guarda Municipal ou similar, para garantir a segurança das famílias e indivíduos acolhidos e a segurança do patrimônio público. Definindo escala de atuação de forma ininterrupta”. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Tu falou em alimentação ali. Que bom que tá ali porque teve problema no alojamento até a semana passada. **Laura da Silva Ferronato (T) e Fabiane Atanásio Souza (S), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Sim. Trabalho social. Então:

“Priorizar metodologia que possibilite o atendimento das famílias indivíduos de forma personalizada e quando for pertinente utilizar metodologias de trabalho coletivo, adequá-las à realidade e as características das famílias, indivíduos e acolhimento. Informar as pessoas acolhidas sobre os objetivos e ações do serviço de acolhimento ou das opções de acolhimento emergencial não institucional, apresentando a equipe e os profissionais de referência. Promover escuta qualificada das famílias e indivíduos para que possam expressar livremente e com segurança suas emoções, como sentimento de medo, abandono, entre outros sentimentos, buscando por meio do diálogo, recursos para enfrentamento da situação. Elaborar levantamento por meio da escuta qualificada e com o uso do formulário do registro unificado com o objetivo de identificar e analisar o perfil das famílias e indivíduos assim, e assim conhecer suas demandas e necessidades, para desenvolver autonomia e fortalecer as potencialidades individuais e coletivas. Estabelecer fluxo das atividades e ações realizadas internamente, como acolhida inicial, ações de resposta e necessidade de cada família, indivíduo, controle e acompanhamento dos cadastros, etc. Ou externamente, com os demais serviços socioassistenciais, CRAS e CREAS ou outros órgãos e serviços intersetoriais. Serviços e órgãos intersetoriais, com especial atenção para a rede de educação, saúde, habitação, trabalho e renda. Mobilizar de forma articulada com os demais, demais serviços e programas socioassistenciais, as famílias extensas ou ampliadas e as redes sociais de apoio às famílias e indivíduos em acolhimento, para garantir a convivência familiar e comunitária, bem como avaliar possibilidade de evitar ou reduzir o período de acolhimento emergencial. Estabelecer rotinas preferencialmente definidas em conjunto com as famílias e indivíduos acolhidos e de acordo com a sua vontade, que permitam alguma previsão de uso do tempo e que garantam alguma regularidade, alternando entre atividades de realização de tarefas, de lazer e de cuidados com a própria higiene e saúde”.

Cleisson Lunardelli Sessegolo (T), SMELJ – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude: Quem é que fiscaliza essas, essas OSCs? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** É que eu acho que tem um item aqui bem no início do projeto que coloca a responsabilidade da Fasc, enquanto gestora da política de assistência social de coordenar, tá? O que aconteceu nessa calamidade aí a gente não pode levar em consideração, porque não se tinha o projeto, enfim. Essa é uma questão. A quem cabe fiscalizar? Conselho Municipal de Assistência Social.

Cleisson Lunardelli Sessegolo (T), SMELJ – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude: Mas fiscaliza? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência**

323 **Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Somos nós. **Cleisson Lunardelli Sessegolo (T),**
324 **SMELJ – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude:** O que eu vi, o que
325 aconteceu, comida fora de geladeira. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de**
326 **Assistência Social e Cidadania:** Colega, tem que ser na ordem de inscrição. Depois tu pode
327 se inscrever de novo. **Rochele Scott Marinho Neves (T), SMDS – Secretaria Municipal de**
328 **Desenvolvimento Social:** Eu acho que é só pra esclarecer. Eu acho que a fiscalização da
329 política, eu acho que fica com o Conselho e fica com a FASC. Agora, se for uma parceria
330 existe um gestor de parceria que é responsável pelo acompanhamento da OSC. Se for um
331 contrato, existe um fiscal de contrato que fiscaliza o contrato. Então, eu acho que situações
332 pontuais que tenha acontecido, algum abrigo, alguma situação que a gente passou agora, que
333 eu acho que não é o caso aqui, não que a gente não possa discutir ou trazer, mas são situações
334 bem pontuais. A gente pode trazer a situação pontual e a gente buscar se tem contrato ou não
335 e parece que esse não é o caso. **Warna Frühauf (T), SEMAPI - Sindicato dos Empregados**
336 **em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações**
337 **Estaduais do RS, Coras Sul:** Eu não fui na segunda reunião com vocês, mas eu estive na
338 primeira. E vendo essa questão da alimentação, hoje mesmo tinha uma plenária pela manhã do
339 Conselho de Segurança Alimentar. Eu fico um pouco achando que falta alguma coisa aí, a
340 gente sabe que a FASC tem uma coordenação de nutrição e tal, mas quem é responsável pela
341 segurança alimentar, me parece que não é a FASC, né? E esse é um tema muito importante,
342 então eu acho que aquelas questões todas que foram colocadas ali, né, que foram lidas agora
343 há pouco, que parece que tem que estar escrito alguma coisa, ou ter pensado alguma coisa, ou
344 pensado alguma coisa, de como que isso vai dialogar e funcionar em conjunto com a segurança
345 alimentar. Eu já tinha falado isso lá atrás, porque se não, ah, vocês falam ali na Defesa Civil.
346 Então, isso tá dito ali, não sei o quê com a Defesa Civil, mas essa parte da alimentação com a
347 segurança alimentar não tá bem prevista, me parece assim. **Cleisson Lunardelli Sessegolo**
348 **(T), SMELJ – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude:** Eu vi várias
349 irregularidades lá, e a gente não sabe para quem falar. Entendeu? O coordenador não para no
350 abrigo. O pessoal dorme de noite com as luzes todas apagadas. E aí tu liga para um, liga... Não
351 é comigo, não é comigo, é com fulano. E aquelas coisas vão ficando. E a gente que é do
352 Governo fica atônito com as coisas que acontecem, desde brigas. **Ângela Maria de Aguiar da**
353 **Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras**
354 **Restinga 01:** Então assim, tem a gestão de parceria que fica dentro da FASC, que faz parte da

355 FASC. Por isso que quando a gente fala em FASC a gente fala nesse todo: seja o
 356 administrativo, o contrato, enfim, ou a questão técnica, né? É óbvio que quando tu pega uma
 357 questão de calamidade, não é a Fasc que vai ter que dar conta de tudo. Ela tá responsável por
 358 esse projeto e tá falando das ações de assistência social, que são de responsabilidade, que vai
 359 coordenar, enfim, né? Agora, com certeza a Defesa Civil, outros órgãos da secretaria e aí é
 360 uma questão de gestão, e aí aqui eu não vou falar sobre isso, mas me parece que é assim esse
 361 movimento mais geral. Mas, em relação ao projeto, para mim, o que fica é que agora nós
 362 temos um projeto. É, essa questão que tu trouxesse, uma ansiedade de muitos que passaram
 363 por alojamentos, que tiveram exatamente este sentimento. Eu fui ontem num e saí exatamente
 364 com este sentimento que tu tá trazendo, né? Mas *bueno*. Que, enquanto Conselho que eu tô
 365 entendendo, até então a gente não, agora tem um projeto que bom, nós vamos encaminhar à
 366 aprovação. Na medida em que o projeto vier, que ele é aprovado, ele dá as diretrizes de como
 367 tem que funcionar as calamidades de agora em diante, né? Então, acho que, nesse sentido, é o
 368 que eu queria poder estar pontuando assim: que a gente espera que não tenha mais calamidade,
 369 mas também a gente espera que se esteja preparado para isso, se isso vier a acontecer, e não
 370 aconteça o que a gente viveu. **Gelson Luiz Guarda (T), SMSEG – Secretaria Municipal de**
 371 **Segurança:** Então, vocês me desculpem, é a minha primeira participação e, até, eu gostaria de
 372 ler, mas baseado no que o colega ali falou, e por ser da área de segurança, eu vejo que onde foi
 373 colocada a questão dos abrigos, até mesmo por ter trabalhado e estamos até hoje com abrigos,
 374 né, tivemos abrigos que funcionaram excepcionalmente, tivemos abrigos que não foram tão
 375 assim, eu acho que hoje nós temos que pensar, além do trato com os vários grupos que nós
 376 temos, até com os animais, com tudo que se aparece no momento. Porque a pessoa hoje que
 377 sai da Ilha, inclusive, nós tiramos gente com pato, com tudo, que nós temos que dar essa
 378 assistência, e hoje nós não podemos esquecer de separar por facções. Um dos grandes
 379 problemas que nós enfrentamos e que se enfrenta no dia a dia é a questão de facções que
 380 tiveram e têm dentro dos abrigos. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de**
 381 **Usuários do SUAS – Coras Eixo Baltazar:** O que o colega falou antes, o que eu acho assim,
 382 eu vou dizer dos abrigos que nós visitamos. A Fasc deixou a desejar dentro dos abrigos. Isso é
 383 uma verdade. Outra coisa. Colocam a coordenar uma abrigagem pessoas que nem têm o
 384 conhecimento, não sabem. Agora mesmo, antes estava uma secretária da Cultura coordenando
 385 os abrigos dentro do Centro Vida. Hoje, também outro de cargo CC da EPTC. Aí chega eu,
 386 uma conselheira eleita pela região, uma usuária das políticas públicas, ela perguntar para mim
 387 as coisas. Só que eu respondi para ela: "Ah, eu também não sei, secretária". Eu disse de

propósito. Por quê? Como é que colocam pessoas para coordenar uma abrigagem que não têm conhecimento? Eu, na minha leitura, me corrija se eu estiver errado, colocar pessoas que não têm conhecimento, não sabem o que se trata, não conhece a rede, conhece a região Eixo Baltazar. Não conhece a rede, não sabe nem quem é o Presidente da Fasc, quem é fulano, quem é sicrano, né? Então, eu acho errado a Prefeitura, o Prefeito colocar umas pessoas que não têm conhecimento, não sabem o que é a rede, o que é a política da assistência a coordenar uma abrigagem. Eu, Tânia Mara, acho errado, francamente! **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Como a Ângela trouxe, esse é um projeto daqui para frente, né? Então, a gente sempre tem que lembrar isso. O que aconteceu dessa vez foi uma coisa extremamente excepcional. Ninguém estava preparado, a gente não tinha um projeto para seguir, por isso que a gente queria esse projeto, traz esse projeto para aprovação para que se siga esse projeto e não se aconteçam mais coisas como estão acontecendo dessa vez. Enfim, existem várias críticas em vários lados, mas a gente traz de novo de que a gente precisa retomar a questão. A gente tem, inclusive, lembrando a todos que nós temos horário aqui hoje. Então, a gente precisa retomar a questão porque a gente ainda tem que passar todo o plano de ação, que é bem extenso, que foi retificado várias vezes para a gente conseguir dar encaminhamento. Tá? Então, agora eu vou retornar a ler essa parte aqui.

Marcos Caetano Corrêa (T), SMTC – Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria: Só uma dúvida geral. Essas questões, situação de pós, tipo, por exemplo, função de um abrigo, essas questões relacionadas à Fasc, à segurança, essas questões para vocês que leram o projeto, estão contempladas? Há um mínimo para uma pessoa coordenar um abrigo no projeto? Só para saber. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Sim. Esse projeto, ele tem as diretrizes que a política de assistência social estabelece para calamidades. Por isso... **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** Nacionalmente. **Gérson Luiz dos Reis Martins (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Leste:** Então, a minha pergunta é muito simples. Disse que não tinha nada desse projeto, certo? Já existia a Resolução 109, que tipifica o atendimento e acolhimento na calamidade, tá? Era só a Prefeitura cumprir o que diz ali. Pronto. E as normas da ABNT já são mais antigas, de acessibilidade.

Laura da Silva Ferronato (T) e Fabiane Atanásio Souza (S), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania: Tá, então, vamos seguir. Fica o registro. Anotado. É, então: “Recomenda-se que a coordenação do alojamento provisório observe o perfil das pessoas acolhidas levando em consideração suas capacidades e experiências com o intuito de incentivar

sua participação na dinâmica de funcionamento do alojamento provisório. Alimentação, limpeza, manutenção, administrativa, etc. As pessoas que participarão dos grupos, como limpeza e alimentação, deverão ser orientadas quanto aos cuidados necessários, cuidados com armazenamento de alimentos, com o manuseio de produtos de limpeza, com a retirada de lixo, uso de luvas, botas, entre outros. Pode descer. É importante que haja uma dinâmica de comunicação entre a coordenação do alojamento provisório e os grupos: alimentação, manutenção, limpeza, e os representantes das pessoas acolhidas. Recomenda-se que sejam definidos alguns representantes das pessoas acolhidas que possam ficar como ponto focal para a comunicação com a coordenação do alojamento provisório, com os grupos: alimentação, limpeza, e com as demais pessoas acolhidas. Contribuir para a prevenção de agravamento, do agravamento da situação de violência e negligência, bem como ruptura de vínculos durante o período de acolhimento nos alojamentos provisórios. Garantir respeito à liberdade de crença, culto religioso, aos costumes, as tradições e a diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça, etnia, gênero e orientação sexual. Garantir, garantir em articulação com a política pública de educação a continuidade das ações pré-existentes ou encaminhamentos necessários para famílias e indivíduos acolhidos, contribuindo no processo de planejamento e reorganização da vida escolar. Garantir em articulação com a política pública de saúde a continuidade dos atendimentos médicos e psicológicos que as famílias e os indivíduos já faziam antes do acolhimento e encaminhar para atendimento as novas demandas advindas do contexto da emergência. Desenvolver metodologias voltadas para a construção, reconstrução de projetos de vida, de vínculos familiares, comunitários e sociais, com dignidade e respeito às vontades das famílias e indivíduos acolhidos. Assegurar a participação das famílias e indivíduos no processo de reabilitação e reconstrução das moradias. Pode descer. Manter as famílias e indivíduos atualizados com informações referentes às suas necessidades, como cadastramento em programas e projetos, período de permanência no alojamento, hotel ou moradia temporária, desligamento dessa modalidade de acolhimento para a moradia provisória permanente, entre outros. Atender com prioridade as pessoas que necessitam de cuidados e ou estão mais vulneráveis à situação de violação de direitos e violência, como: crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, enfermos, gestantes e nutrízes, povos e comunidades tradicionais, migrantes, refugiados e outros que se avaliar necessário. Garantir atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em acolhimento. É definido com a rede socioassistencial, os fluxos de referência e contra-referências para acesso aos demais serviços, programas, benefícios e projetos que forem necessários. Articular com o sistema de justiça

para promover o encaminhamento às famílias e indivíduos afetados para serviços e programas de apoio jurídico, nas situações em que as mesmas tenham direito à indenização de qualquer natureza ou que estejam envolvidos em processos judiciais por danos individuais ou coletivos. Estimular participação das famílias e indivíduos em acolhimento, tornando-os co-responsáveis pela organização e manutenção do espaço, estabelecimento, estabelecimento de regras de convivência, bem como pela tomada das decisões coletivas importantes para manter as atividades diárias. Crianças e adolescentes desacompanhadas: o Conselho Tutelar deverá ser acionado. Apoiar as equipes de referência e de gestão e estabelecimento de fluxo para o acompanhamento de famílias e indivíduos desabrigados ou desalojados e para o encaminhamento aos alojamentos provisórios ou outras modalidades de acolhimento. Pode ir. Desmobilização dos alojamentos deve ser planejada, evitando a repentina interrupção do serviço, evitando danos e maiores prejuízos às famílias e indivíduos afetados e a sobrecarga de equipe, da equipe de referência. Promover, promover a gradativa desmobilização dos alojamentos provisórios e demais modalidades de acolhimento na medida em que forem superados os motivos que levaram ao contexto de emergência, desenvolvendo ações como encaminhamentos das famílias e indivíduos para casa de parentes, amigos, por meio de indicação, mobilização e apoio, a família extensa e rede de apoio ao, dos desabrigados e desalojados. Retorno ao local, município, região, bairro de origem e retorno às casas em condições de habitabilidade com segurança, referendando, referendado por laudo da Defesa Civil. Oferta de benefício eventual destinado ao pagamento de aluguel ou outras provisões que sejam necessárias. Articulação com a política de habitação com encaminhamento para, para provisão de moradia definitiva. Encaminhamento para serviços de acolhimento para o público específico ofertado pelo SUAS, tais como: serviços de acolhimento para adultos e famílias, crianças e adolescentes, pessoas idosas, com deficiência e outras. Reuniões com usuários para discussão de propostas, perspectivas de futuro e informação sobre permanência da proteção. Restabelecer a rotina anterior dos equipamentos que foram utilizados para alojamentos provisórios, como recolhimento e guarda das provisões e materiais utilizados, limpeza das instalações e reparos necessários para a devolução ao responsável legal. Estabelecer com os demais serviços socioassistenciais, fluxos de contra-referências que garantam a continuidade do acesso às ofertas do SUAS para famílias e indivíduos que foram atendidos nos alojamentos provisórios e nas demais modalidades de acolhimento emergencial não institucional. Monitorar a situação de vulnerabilidade e de risco das famílias e indivíduos afetados, no sentido de permitir a reconstrução de novos projetos de vida e prevenir que a situação de vulnerabilidade

dessas pessoas sejam agravadas. Avaliar junto à Vigilância Socioassistencial o projeto de implantação do alojamento provisório e das demais modalidades de acolhimento emergencial não institucional para pensar em adequações necessárias no caso de futuros contextos de emergência. Pode descer. Realizar a gradativa desmobilização dos acolhimentos emergenciais durante o período de emergência, garantindo o encaminhamento aos serviços, programas, projetos e benefícios dos SUAS. Disponibilizar orientação para a desmobilização dos acolhimentos emergenciais, o alojamento provisório, modalidade não institucional, seja em virtude da transferência das famílias para moradias permanentes ou mesmo para outras modalidades de serviço de acolhimento, assegurando a continuidade da proteção social”. Tá, então aqui agora, a gente fala especificamente do ambiente físico previsto para as próximas calamidades, que a gente espera que não tenham. É: “Alojamento provisório para repouso e restabelecimento pessoal com condições de salubridade e instalação sanitária para banho e higiene pessoal com privacidade individual e ou familiar, espaço para a realização de refeição, espaço para estar e convívio, com acessibilidade em todos os ambientes. Esses espaços provisórios devem garantir a proteção integral para famílias e indivíduos, de modo que sua organização assegure condições dignas e de segurança, privacidade e respeito aos vários ciclos de vida, arranjo familiar, raça, etnia, religião, gênero e orientação sexual, e ainda favoreça o convívio familiar e comunitário. A previsão de disponibilidade é: banheiros. Um lavatório para cada 10 pessoas, um vaso sanitário para cada 20 pessoas, um chuveiro para cada 25 pessoas. A ativação do abrigo provisório é uma ação compartilhada entre a Defesa Civil e a Assistência Social. A Defesa Civil, com a competência de interdição das moradias em caráter preventivo e ou emergencial e encaminhamento de famílias para serem abrigadas. A Assistência Social compete a gestão e coordenação dos abrigos. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Bom, a única pergunta que eu queria te fazer é, por exemplo, assim, ó, qual é a quantidade de metas, quantas pessoas por abrigo? **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Isso, então, no plano de ação foi estabelecido 50, né? Mas aí isso vai vir no plano de ação, porque o plano de ação ele é individual. Esse aqui é o projeto geral, então ele não traz. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Só que, tem uma coisa, né, tá estabelecido ali tantos banheiros, não sei o quê, não sei o quê, daí faz um plano de ação com 200, como saiu aí ontem a notícia da Casa de Passagem, 200 pessoas. Eu estou fazendo a conexão do que tá escrito aí, que é um projeto, uma diretriz e coisa assim. E tô fazendo a conexão com o que saiu de notícia da Fasc, que vai sair a Casa de Passagem. Casa de Passagem não é alojamento, mas é praticamente a mesma coisa. Aí tu faz a conta. Vamos pegar 200 pessoas que é o que eles

520 estão falando. Quantos banheiros tem que ter pra cada quantos? **Laura da Silva Ferronato**
 521 **(T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Um lavatório para cada 10
 522 pessoas, um vaso sanitário para cada 20 pessoas e um chuveiro para cada 25 pessoas. **Iara da**
 523 **Rosa, OSC Ilê Mulher:** Então, são 10 vasos sanitários. Tá? Pra essas 200, vamos pegar, é só
 524 isso que eu vi, né? É isso que eu tô querendo chamar a atenção, né? São 10 lavatórios pra 200
 525 pessoas, um lavatório pra cada, né? Então, gente, isso tem que tomar muito cuidado. Eu tô me
 526 antecipando ao plano de ação que estabelece a quantidade, porque fica inviável que tu não
 527 consegue lugar pra fazer isso. E daí fica aquela: "Não, não estamos conseguindo lugar", daí
 528 fica adiando, fica adiando, fica adiando, tá? Houve, e eu tô falando assim, pessoal, porque eu
 529 conheço muito bem. Houve, por exemplo, o caso da Casa de Passagem, como que é o nome
 530 daquela Casa de Passagem que tem na Doutor Barcelos? Ficou três meses a Fasc pagando
 531 porque não conseguiu lugar. Mas fechou pela quantidade, e aí pelas exigências. Aí o que
 532 acontece? "Não, então vamos abrir assim, vamos abrir assim". Daí vai acontecer o que
 533 aconteceu no Centro Vida com 780 pessoas, com dois chuveiros, com uma escala o dia inteiro.
 534 Ok? Então, essas coisas aí, claro que tem um plano de ação, mas tem que linear com o que é
 535 viável. Porque senão, não vai conseguir fazer. Não vai conseguir. Ah, é a ABNT, acho ótimo.
 536 Eu acho ótimo que se pudesse, tá? Mas aí nós estamos sendo hipócritas no sentido seguinte: o
 537 papel diz uma coisa e a prática vai dizer outra porque tu não vai conseguir. Daí vai, daí vêm as
 538 exceções. Aí abre, daí vem, abre o flanco, entendeu? Daí pode tudo. **Ângela Maria de Aguiar**
 539 **da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas –**
 540 **Coras Restinga 01:** Eu acho que esses apontamentos que vocês fazem, sem dúvidas, eles são
 541 importantes. O que eu fico pensando é isso. Na medida em que tiver um projeto, tá
 542 estabelecido, foi colocado ali pela gestão. Então, bom, quando vier, tem que cumprir o que tá
 543 ali. Tem que cumprir o que tá ali. Se não cumprir, a gente daí faz os movimentos que a gente
 544 precisa fazer, porque agora tem uma diretriz pra colocar ali. **Laura da Silva Ferronato (T),**
 545 **Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** É exatamente o que a Ângela tá
 546 trazendo. Hoje, o que aconteceu, muitos, senão todos, a maioria dos lugares, não é adequado
 547 ao que está no plano, porque o plano não existia. O plano vai começar a existir a partir de hoje
 548 se for aprovado. Então, é de hoje em diante. E sim, e tudo que vocês estão trazendo é
 549 importante. Todos nós vivemos, vimos muitas dessas coisas dentro dos abrigos. Mas a gente
 550 precisa lembrar que a gente tá falando de um plano que traz uma diretriz, que traz uma
 551 normativa. E no plano de ação, vocês vão ver que ele estabelece 50 pessoas por alojamento.
 552 Então, não é um alojamento de 700 pessoas, é um alojamento de 50. Só pra gente poder dar

seguimento. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** A não ser que a gente tenha discordância dessa proporção que tá sendo colocada. Porque se a gente tem discordância dessa proporção que tá, *bueno*, talvez quem escreveu o projeto também não conheça. Então, aqui é o momento pra gente também sinalizar isso. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Vamos seguir para ver o plano. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Ó, então vamos lá. “O atendimento prestado no alojamento provisório prevê o atendimento psicossocial, construção de regras de gestão e convivência de forma coletiva, atividades de convívio e de organização da vida cotidiana, estabelecimento de rotina interna, refeições, atividades e estabelecimento de espaço recreativo de acordo com as possíveis condições do abrigo, com atividades para as crianças. As equipes de assistência devem garantir o trabalho social com as famílias, com a descrição acima, incluindo a garantia de: acolhida das famílias e indivíduos, escuta qualificada, cadastro e levantamento de necessidades, orientação sociofamiliar, encaminhamento de acordo com a demanda levantada, articulação com a rede de políticas públicas e de Rede Socioassistencial de apoio, inserção na Rede Socioassistencial e acesso a benefício, a benefícios eventuais, promoção do acesso à documentação, articulação com a rede de serviço socioassistenciais e outras políticas, visando a garantia e defesa de direitos. Mobilização que proporcione o exercício da cidadania, realização de atividades de convívio e de organização da vida cotidiana, a contribuição na construção da gestão de convivência dos acolhidos. Estimula a participação dos acolhidos em atividades úteis dentro do abrigo, respeitando as condições físicas e psíquicas de, de cada um. Manutenção dos espaços”.

Marcos Caetano Corrêa (T), SMTC – Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria: Ali, ó. Só um pouquinho. Só fazer um comentário. Naquele que tu falou ali, “Com fins para atividades para crianças”. Acho que tem um processo aí, e eu acho que quem viveu os abrigos compreendeu que a gente tem a ponta das crianças, que ela é muito prevista, né? Tem uma questão de cobertura mesmo, e a gente tem a ponta dos idosos, né? No abrigo tinha muita atividade pra idoso, e a gente tem uma [Inaudível] dos adolescentes. Talvez tenha que a gente pensar nas atividades dos adolescentes dentro dos abrigos, né? Isso é uma coisa muito perceptível, que não havia atividade pra adolescente. Havia atividade pra idoso e atividade pra criança. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Incluir a palavra “crianças e adolescentes”. Só tem que ver qual é a página ali. Acho que é na de cima. Materiais: “Materiais de consumo para o desenvolvimento do serviço: alimentos, artigos de higiene, cobertores, dentre outros. Estrutura para guarda de

586 pertences e de documentos. Cabe ao Poder Público garantir a segurança do patrimônio das
 587 famílias e indivíduos e de seus pertences. Hã, recursos humanos. De acordo com a NOB/RH
 588 SUAS para o alojamento, prevê-se para cada unidade de 50 famílias ou indivíduos, por
 589 analogia ao previsto em república, um coordenador, que vai ser o ponto focal do abrigo, um
 590 assistente social, um psicólogo e equipe complementar se necessário, que pode incluir:
 591 assistente administrativo, cozinheiro, auxiliar de cozinha, auxiliar de serviços gerais,
 592 educadores, cuidadores, etc.” **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
 593 **Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Aqui me preocupa um
 594 pouco esta equipe, né? Porque quem viveu nos alojamentos também, a gente viu que é uma
 595 equipe muito reduzida para dar conta, mesmo que seja de 50, né? Então, isso aqui preocupa, e
 596 para mim tem uma outra questão que também não estabelece a carga horária, né? Porque o
 597 assistente social tem 30 horas, o psicólogo ainda não, mas, também eu acho que pela
 598 experiência que a gente teve, mesmo 50 pessoas, tu vai ter um assistente social.. [Falas
 599 concomitantes]. Para 50 famílias ou indivíduos. Famílias ou indivíduos. **Laura da Silva**
 600 **Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Tem que tirar o nome
 601 "famílias" porque não são famílias. Página 23. **Cleisson Lunardelli Sessegolo (T), SMELJ –**
 602 **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude:** É, um, dois... Tão lá pra cuidar de
 603 80, 100 pessoas, tu chega 6:00 da manhã, os educadores das OSC, todos estão dormindo.
 604 Todos estão dormindo. É, um abrigo que é pela Prefeitura, que tem quatro, cinco servidores a
 605 noite toda, caminhando com luzes acesas para não ocorrer estupro, como aconteceu aí. **Iara**
 606 **da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Amigo, não vamos fazer esse tipo de discussão. Não vamos entrar
 607 nessa aí, porque daí nós vamos precisar [Inaudível]. Nós temos que falar de qualificação.
 608 Concordo, mas a qualificação também tá na quantidade. Tá? Então, vamos ter tranquilidade
 609 nisso aí, porque aqui ninguém tá pra ser um contra os outros. Tu só apontou problema nas
 610 OSCs. [Falas concomitantes]. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
 611 **Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Eu queria propor aqui
 612 que a gente pudesse colocar dois assistentes sociais e dois psicólogos. Por quê? Porque a
 613 NOB/RH, ela inclusive estabelece na média complexidade, na alta complexidade, ali, ela
 614 estabelece o acompanhamento de 20 pessoas por técnico. Então, eu acredito que se a gente
 615 botar dois e dois, ele vai. [Falas concomitantes]. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Porque se
 616 tu tem mais técnico, tu consegue pegar o vespertino. Tu entendeu que é quem trabalha fora,
 617 que tá abrigado que trabalha fora, as técnicas, vamos dizer assim, uma trabalha de manhã, a
 618 outra de tarde. Quando chega à noite não tem nenhuma. Se tu tem no mínimo três, faz o

619 vespertino, entendeu? Que é pra poder atender, senão ele nunca vê a técnica. **Laura da Silva**
620 **Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** É. Mas, eu entendo a
621 tua solicitação. Eu acho que isso é uma questão de organização da coordenação do abrigo. Ele
622 vai indicar, dentro da carga horária estipulada pela NOB/RH SUAS, uma carga horária
623 semanal, que horário aquele técnico vai trabalhar. Agora, ele pode muito bem colocar o
624 psicólogo pra trabalhar de uma hora a tal hora e o assistente social de outra hora. **Iara da**
625 **Rosa, OSC Ilê Mulher:** Ah, isso não vem dizer pra mim, né? Mas que tem que ser três, no
626 mínimo três técnicos pra 50 tem que ser. Tem que ser no mínimo três, tá? **Rochele Scott**
627 **Marinho Neves (T), SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:** Na
628 verdade, eu ia falar antes, eu também sou uma pessoa que acompanhei em todos os abrigos,
629 encontrei alguns de vocês, a Conselheira Tânia acho que na madrugada, que eu encontrei ela
630 no Centro Vida. Acompanhei praticamente os 150, quando nós chegamos a 150, 15 mil
631 alojados na cidade. E eu poderia passar aqui, eu acho que 5 dias dando relatos de situações
632 que eu vi, positivas e negativas nos abrigos, realizados por nossos colegas servidores, por
633 OSCs, por qualquer um, porque eu acho que ninguém, talvez, tinha essa expertise toda, que eu
634 acho que a gente tá querendo criar a partir de agora. Então, eu acho que é legal a gente trazer
635 algumas questões de experiências para a gente poder qualificar o projeto, mas pensando pra
636 frente, sabe? E não esse espaço assim pra gente usar, talvez, como um espaço de denúncia, né?
637 A gente tem outros canais que a gente pode trabalhar com as nossas denúncias e desabafos. A
638 gente tem que pensar nesse projeto, que eu acho que isso sim que é urgente agora. **Ângela**
639 **Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência**
640 **Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Então, a gente poderia trabalhar com dois assistentes
641 sociais e um psicólogo. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência**
642 **Social e Cidadania:** Tinha passado nas comissões e não tinha surgido isso. **Ângela Maria de**
643 **Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas**
644 **– Coras Restinga 01:** Não, tá bem. É que assim, ó, gente, passou nas comissões, mas a
645 plenária que é soberana. E acho que só pra gente retomar: o projeto, ele foi apresentado em
646 tópicos, né? Então, eu não lembro dessa questão. E agora a gente tá lendo item por item.
647 Talvez era isso que a gente deveria ter feito nas comissões, e a gente acabou não fazendo.
648 Então, é um projeto que tá sendo previsto. E aí aqui, ele coloca ali, mais em cima, que é
649 conforme as repúblicas. Bom, qual é a experiência que nós temos de república em Porto
650 Alegre? E aí a gente trabalha com uma questão de autogestão e auto-organização, que eu até
651 acho que os alojamentos, eles podem chegar a isso, mas eles não chegam no período de

652 calamidade, quando a coisa tá estourada, tu precisa. Então, eu não vejo que vá dar problema a
653 gente colocar isso no projeto, porque isso ele só tá acrescentando, né? **Heloísa Helena Leão**
654 **Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social 10º Região – CRESS – Coras Glória:** É
655 um trabalho que sobrecarrega os técnicos, tá? 50 pessoas com dois assistentes sociais, fica um
656 vazio de atendimento naquele horário que mais precisa, que é a noite, tá? Que é o horário que
657 mais precisa de atendimento, que estão todos abrigados. Tá? Eu acho complicado, ele tem que
658 ter esse reforço. Dois já é pouco. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de**
659 **Assistência Social e Cidadania:** Está anotado. Vamos lá: “Os alojamentos podem contar com
660 a atuação de voluntários e diferentes frentes de atuação, que devem ser previstas em um plano
661 de ação voluntária sob coordenação da Assistência Social, tais como: organização, triagem e
662 armazenamento, armazenamento das doações, preparação de refeições, organização de espaço
663 físico, dentre outros. Todos os voluntários envolvidos devem assinar um termo de adesão ao
664 trabalho voluntário. Trabalho social essencial ao serviço. Trabalho social desenvolvido com as
665 famílias, comunidades e indivíduos, ultrapassa a dimensão primeira do atendimento imediato
666 no contexto de emergência, devendo ir além e focando na garantia da segurança
667 socioassistenciais a partir da oferta, serviços, programas, projetos e benefícios”. Aqui ele tá
668 trazendo mais um essencial, mais um compilado do que já tinha sido descrito item por item lá
669 na parte de assistência. Então, acho que a gente não precisa ler porque tá bem similar.
670 “Aquisição de usuário, segurança e sobrevivência a riscos circunstanciais. Ser protegido em
671 situações de emergência e de calamidade pública, garantindo a segurança de acolhida. Ter
672 acesso a provisões para necessidades básicas. Ter acesso a espaço provisório de acolhida para
673 cuidados pessoais, repouso e alimentação ou dispor de condições para acessar outras
674 alternativas de acolhimento. Segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social.
675 Ter acesso a serviços e ações intersetoriais para a solução da situação enfrentada, em relação a
676 abrigo, alimentação, saúde e moradia, dentre outras necessidades. Formas de acesso: Por
677 notificação de órgãos da administração pública municipal, da Defesa Civil e pela identificação
678 da presença nas ruas em unidades referenciadas ao órgão gestor da Assistência Social”. **Iara**
679 **da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Esse parágrafo não contempla o que o moço disse lá, que não é
680 para misturar facções. Olha como está a forma de acesso. Eu acho que está perfeito, porque é
681 amplo, mas só chamou atenção o que ele falou, para não misturar. Não tem escrito na testa
682 que é de uma facção ou outra. [Falas concomitantes]. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) –**
683 **Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Este foi o primeiro, agora a gente vai
684 passar. Então, o Projeto de Serviço de Prevenção... Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica

685 Cmas: Educadores sociais. Cadê? **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de**
686 **Assistência Social e Cidadania:** Ele aparece lá em cima. Sobe... ali: “equipe complementar,
687 se necessário, que pode incluir: assistente administrativo, cozinheiro, auxiliar de cozinha,
688 auxiliar de serviços gerais, educadores, cuidadores, etc.” Não traz a quantidade. No plano de
689 ação a gente vai trazer a quantidade. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:**
690 Complementar. [Falas concomitantes]. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum**
691 **Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Mas,
692 gente, não é esse necessário, né? É necessário, ela não é complementar. Ela é necessária
693 porque a gente sabe que precisa de cozinheiro. A gente viu nos alojamentos. **Cícero Adão**
694 **Gomes, Coletivo POP Rua:** Esse é o problema. Se passar correndo, passa a coisa ali que não
695 é discutida. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e**
696 **Cidadania:** Tá. É que assim, em relação à questão, por exemplo, dos cozinheiros, existem
697 abrigos que não querem, não queriam e no futuro, uma calamidade, podem não querer aderir à
698 cozinha própria e sim à distribuição de alimentação pronta, como as marmitas e as quentinhas.
699 Então, por isso que é "se necessário". Se aquele abrigo entende que é necessário ter uma
700 cozinha própria, ok? Se ele entende que ele quer fazer a administração da alimentação ali...
701 [Falas concomitantes]. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
702 **Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Olha aqui, ó. "Equipe
703 complementar se necessário, que pode incluir". Retira-se o "se necessário" porque já está ali o
704 que pode incluir: “assistente administrativo, cozinheiro, auxiliar de cozinha”, auxiliar já tá.
705 Porque quando tu coloca "se necessário", parece. E como tá: "o que pode incluir", bom, se lá
706 eu não preciso cozinheiro, mas eu vou precisar do administrativo, eu vou precisar daquele
707 outro. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** Só tirar o "se necessário". **Ângela**
708 **Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência**
709 **Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Agora, eu quero concordar com o pessoal que a
710 questão dos educadores, ele não pode entrar com uma equipe complementar, né, nos
711 alojamentos. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Faz parte do RH principal que tá na NOB.
712 **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Qual
713 que é o encaminhamento então formal? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum**
714 **Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Daí
715 tira o "se necessário", ficou “o que pode”. A discussão que a gente tá fazendo agora é que
716 educador entra na equipe de trabalho, porque o assistente social ele vai fazer um trabalho, né?

O psicólogo vai fazer um. Agora, o educador, e aí a gente sabe, o alojamento que eu fui ontem, tinha sete educador e nenhum técnico. Bom, então tem aí um, né? Uma leitura também desse papel. Então, eu acho que a gente precisa ali, pra 50, colocar. Talvez a gente não precise dizer um número, mas colocar "educador". Porque a NOB é geral e estabelece. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Quatro educadores? Isso aqui? **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** É um indicativo. Aí tira "educadores" de baixo, passa para cima quatro educadores e tira o "se necessário" e pronto. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Tá. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Quatro educadores distribuídos com um, vai dar um por dia, ou quatro? Entende, gente? Isso é 24 horas. Tem que estabelecer três por turno, é 12 por 36. Tá? Isso é três por turno, 12 por 36. São no mínimo 12. Dá um educador pra cada 15. Essa é a proporção. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** A minha sugestão é que não se coloque número de educador, mas que se indique que tenha a equipe necessária para atender as 50 pessoas em todos os turnos. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** Todos os turnos. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Em todos os turnos de atendimento. Talvez dê pra colocar "educadores" e aí colocar entre parênteses: "contemplando as 24 horas". **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Tá bem. Combinado? **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** É... Em todos os turnos, botar "24 horas". Botar "em todos os turnos" dá no mesmo. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Então, Projeto de Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergenciais, com as mudanças e alterações propostas nesta plenária, quem aprova levante o crachá. Quem é ao contrário? Nenhum contrário. Abstenções? (Nenhuma abstenção).

APROVADO POR UNANIMIDADE. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** João, duas questões só, antes da gente passar pro próximo ponto. Primeiro, gente, esse projeto agora aprovado, a gente pode estar encaminhando ele, tá? Eu quero dizer que hoje a gente tá com a presença aqui de três convidados. Tem o Cícero, tem o Edson e tem a Iara. O Cícero e o Edson são do movimento aí POP Rua. Então, a gente fez uma, uma reunião na semana passada onde se conversou sobre essa questão e hoje eles vieram na plenária. E a Iara,

conselheira, né, e também é do Centro POP. Então, só para citar que aí... **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** A maior experiência é com acolhimento. Então, a gente tá falando de uma realidade que a gente conhece e que os nossos parceiros... **Cícero Adão Gomes, Coletivo POP Rua:** Que nós fomos abrigados, os acolhidos, né? **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** São parceiros aí que podem sinalizar. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** E acho que isso é muito fruto de um encaminhamento que nós tiramos nesta plenária, de que o CMAS estaria então, se aproximando da população em situação de rua, para a gente fazer a discussão. Já que a gente não tá com conselheiro da representação deste povo. **Cícero Adão Gomes, Coletivo POP Rua:** E hoje eu sou educador social da saúde mental, viu, pessoal? Então, eu trabalho na saúde com eles, né? E é muito importante pra mim, hoje, estar aqui nesta reunião. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Boas-vindas para vocês. Muito obrigado por estarem aqui. Referente ao plano de ação. A gente teve a reunião das comissões e tivemos algumas aprovações ali. Então, eu iria sugerir, esses que estão ok, pra gente fazer em bloco ali a aprovação. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** É, eu só acho que tem que ler para as pessoas, inclusive com os questionamentos que a gente apontou, para o conjunto dos conselheiros também se apropriar um pouco do debate que as comissões fizeram. Quer que eu leia? Então, a primeira ação, tá, pessoal? “Instalação e manutenção de alojamentos temporários parceirizados. Detalhamento: a celebração de Termos de Colaboração Emergenciais, por 180 dias, com OSCs interessadas na instalação e manutenção de alojamentos temporários para pessoas desalojadas em unidades de 50 pessoas cada, conforme o projeto. Valor mensal...” **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Só uma pergunta. Ali diz assim: "com OSCs interessadas", né? Como é que será feito esse chamamento? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Não sei. É uma boa pergunta, não sei. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Carta convite. Daí a gente escolhe quem é que vai convidar e as outras pessoas só ficam sabendo quando já fechou. É isso, eu gostaria que no Conselho ficasse muito bem esclarecido, tá? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Eu acho que o Conselho pode solicitar esta informação pra Fasc. A forma e que leve em consideração a expertise no trabalho também. Tá? Então, valor mensal: R\$ 119 mil, per capita: R\$ 2.380, no

período de 6 meses. Número de alojamentos são 10 alojamentos. Recurso do Fundo Nacional que é da Portaria 90, R\$ 3.124.478,93, Programa Aproxima/RS que é do Governo do Estado, 993 mil e recurso do Município, né? Não, R\$ 1.500.000,00 do Fundo Nacional e da PMPA 1.522.521,00, tá? O que o CMAS questionou? Primeiro, a gente apontou que tinha que aumentar a per capita, porque ela era menor do que esse valor que tá colocado aqui. As equipes eram insuficientes. Explicitar o alojamento POP Rua, qual o valor para cada esfera pública de alojamento, que priorize a LGBTTQIA+ e inclusão de equipe técnica, tá? Então a Fasc respondeu para nós, dizendo que dois dos 10 alojamentos serão específicos pra POP Rua. Terá espaços nos alojamentos reservados para a população LGBTTQIA+. E a equipe técnica, então, passou a fazer parte do projeto, dessa proposta aqui, porque antes a equipe técnica ia ser feita por um outro método, tá? Então, em relação a isso vieram essas questões. A gente perguntou os valores, então, as comissões colocaram o parecer favorável, considerando o que se apontou. Tá bem? **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Eu acho que as pessoas precisam saber como se faz a conta. Pega aí os 119 mil ali que estava previsto ali e divide por 30. Alguém aí faz a conta? Porque pode ser que eu tô fazendo a conta errada. Divide por 30 dias. Quanto dá? [Falas concomitantes]. São 39 mil? Divide por 50 agora. Só um pouquinho. Eu vou dizer qual é o raciocínio. Pega os 119 divide por 30 dias. Tá? E daí divide pelas 50 pessoas que vão estar lá. Quanto é que dá? [Falas concomitantes]. São R\$ 80,00. Desses 80 reais tu tem que tirar o alimento das pessoas, cinco refeições, cinco refeições, material de limpeza, tudo aquilo que tá estabelecido ali, e mais a técnica. Então, às vezes a gente olha este valor e acha que é grande coisa. Tá? Eu não tô aqui discutindo, eu não tô aqui pra discutir, a minha ponderação que eu quero dizer para vocês, a única coisa que me preocupa é o seguinte, o parâmetro eu já fiz, e tem equipamento que tem 50, que é 24 horas, que é R\$ 166 mil por mês. Não consigo entender porque que esse aqui, que é as mesmas 50 metas, um troço que nem existe... né? Vamos dizer, eu sou um usuário que estou no Bom Jesus, tá? Eu valho R\$ 166 mil divididos por não sei o quê, eu valho R\$ 3.500. Se tu for pra um alojamento, a gente paga o alimento teu. Não tem lógica, gente. Me desculpem, não tem lógica. Ah, e tem um detalhe. Aí tem aluguel, né? Tem aluguel, não tem aluguel? Tem aluguel. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Sim, esse valor é pra tudo. Se vai ter aluguel, não sabemos. Pode ser que não tenha. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Eu, eu tô chamando atenção porque tu lá trabalha na parte cuidado e coisas assim, o pessoal. Nós estamos falando de 90 dias, né? Quando chegar no primeiro mês o dinheiro, o dinheiro não dá, o cara vai largar. Não, eu não tô falando de

assistência social pra dar lucro. Se desse lucro, eu tô há 24 anos e tava ali, né? Mas a gente sabe que não é assim, e pode fazer de qualquer jeito é a coisa mais fácil que tem é a pessoa dizer que o dinheiro não dá. **Adriana Furtado Pereira da Silva (T), SMPAE – Secretaria Municipal De Planejamento e Assuntos Estratégicos:** Eu entendo, eu acho que não tá nesse cálculo, viu, Iara? A quantidade de técnicos que a gente começou a discutir aqui, né, que quando apresentou acho que o número seria menor de técnicos. Porque qual seria a diferença da gente ter um abrigo na calamidade e um abrigo que é os abrigos que nós temos hoje? Eu acho que a diferença é que são abrigos para uma situação de calamidade, em que as pessoas sim estão com vulnerabilidades, mas é diferente das pessoas que é o atendimento cotidiano, digamos assim, ordinário da política da Assistência Social. Eu entendo que muitas das pessoas que vão para os abrigos nessa situação, elas estão mais organizadas, que não necessitariam de tanto acompanhamento técnico. Mas é uma coisa pra gente discutir. Por isso que eu acho que tem essa diferença. A gente tá falando de abrigos para a calamidade, pessoal. Não são abrigos que a gente vai manter cotidianamente na política de Assistência Social. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** É um período de 6 meses. **Adriana Furtado Pereira da Silva (T), SMPAE – Secretaria Municipal De Planejamento e Assuntos Estratégicos:** Só um, um período de calamidade. Então, eles vão ter algo diferente. Eles não podem ter o mesmo raciocínio que nós. Vamos pensar junto. Tá, mas é isso. Vocês entenderam, né? Só que a gente talvez tenha que fazer essa diferenciação, o que é para a calamidade e o que são os ordinários. Não pode ser o mesmo tipo de qualificação técnica dos nossos ordinários para os da calamidade. Eu entendo dessa forma, tá? **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Eu quero fazer duas observações, tá? Uma delas em relação à calamidade. A primeira delas é que existe uma planilha financeira que especifica os custos, tá? Então, como a Dona Iara disse: "R\$ 80 é por dia, não daria". O cálculo que se fez é que sim, é possível, porque justamente não é um serviço ordinário, é um serviço extraordinário. Isso incluindo a equipe técnica. Lógico que a gente fez a sugestão de ampliar o número de técnicos, então tem que ampliar o número do valor mensal. Mas o valor que a gente tinha antes era de R\$ 70 mil. Agora estamos em R\$ 119 mil. O valor per capita é R\$ 2.380. É R\$ 2.380 por pessoa, mês. As pessoas pelo menos é o diagnóstico que você tem, ma pessoa não vive com R\$ 2.380 por mês. Elas vivem com muito menos, muito menos. Então, um alojamento em que cada pessoa, o valor per capita é de R\$ 2.380, fez-se um cálculo em uma planilha financeira em que sim é possível, justamente porque tu tem isenção de água dos espaços, como já aconteceu. O aluguel, tu não vai alugar uma casa no

847 meio da Bela Vista com vários quartos, são espaços diferentes, são espaços compartilhados.
 848 Então, a gente não tá pensando numa casa que é, por exemplo, um acolhimento institucional
 849 pra criança, um acolhimento institucional pra idoso. Não. A gente tá falando, o nome diz
 850 "alojamento temporário", é diferente. Por isso que ele é um serviço que custa menos. Se fosse
 851 pra ser um serviço ordinário, a gente não faria um projeto específico da calamidade. A gente
 852 usaria padrões de projetos ordinários da cidade. Então só trazendo isso. [Falas concomitantes].
 853 **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da**
 854 **Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Pessoal, vamos lá. Eu acho que primeiro
 855 a gente aprovou um projeto que tem lá as diretrizes dele. Primeira coisa. Segunda questão: eu
 856 tenho certeza que a gente tem o consenso aqui de que se essa per capita pudesse ser maior, ela
 857 seria maior, né? Ninguém daqui vai dizer isso diferente, né? Acho que essa é uma questão. Em
 858 relação à equipe técnica, e a gente sofreu muito no início dos alojamentos, justamente por não
 859 ter, é porque são eles que vão fazer exatamente esse diagnóstico. E bom, e aí o que a gente viu
 860 também, que a população que mais foi atingida é a população que mais precisa. Se a gente
 861 pegar a Ilha, se a gente pegar a Farrapos... Então, a gente hoje não tem como dizer que dessa
 862 população x% já era população da política de Assistência Social, porque nós não temos esse
 863 dado, nós não temos essa informação. Mas essa é uma questão. Eu fico preocupada quando a
 864 gente coloca essa questão ali dos voluntários, e foi isso que a gente viu muito nesse momento.
 865 Por isso que eu fiz questão de chamar a atenção. Quando no projeto diz que a Fasc vai
 866 coordenar esse processo, porque nós tivemos clubes abrindo, nós tivemos... E aí colega,
 867 quando a gente fala na questão da doação, na questão da alimentação, dentro da política de
 868 Assistência Social também a gente precisa discutir o conceito disso, né? O que é esse conceito?
 869 Nós não estamos dando. As pessoas estão recebendo o que é de direito delas naquele
 870 momento. Então, eu entendo, eu só quero colocar isso. Acho que esse cálculo que foi feito, e
 871 eu quero dizer para vocês que a per capita era R\$ 1.400. Essa foi a per capita que veio, e acho
 872 que na discussão, e na sensibilização, se ficou nisso, mas também a gente fez esse
 873 questionamento porque, sim, ele tem diferença. Eu concordo com a Adriana que ele tem
 874 diferença de um abrigo, né, que fica lá e que tem uma política, para um alojamento. Mas isso é
 875 uma coisa que hoje a gente não consegue afirmar, porque a gente não tem esse diagnóstico,
 876 não tem esse dado. E por isso a preocupação. Era isso que eu queria trazer porque a gente não
 877 tem esse dado. Pode ser que sim. Pode ser que a gente, dentro do diagnóstico: "Não, olha,
 878 realmente as pessoas só precisam daquele momento, tinha uma auto-organização, enfim". Mas
 879 eu tenho preocupação assim quanto, quanto a essa questão. **Marcos Caetano Corrêa (T),**

SMTC – Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria: Só uma questão interessante, acho que é uma questão conceitual aí, né, de custo, porque quando a gente tava discutindo o projeto antes me parecia que era um alojamento diferente dos que a gente viu. Mas agora, quando ela fala do alojamento todo tempo, me parece que é igual aquele alojamento. E eu fiquei pensando no conceito de privacidade. Tem produtos de privacidade, relações de privacidade. Então, tem que se discutir esse modelo. Qual é a privacidade que a gente vai ter num local para a gente contratar? Um espaço aberto, todo mundo junto, dormindo todo mundo junto? **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Não, em relação à questão, de novo, né, gente? A gente estava falando de alojamento provisório/temporário. A gente não tá falando de um alojamento que é uma casa. A gente não tá falando desse tipo de alojamento. A gente tá falando: Ah, então todo mundo vai ficar que nem, por exemplo, o ginásio do Cesi. Sim. Pode ser que sim. Pode ser que sim, porque dentro daquele espaço tu tem condições, existem condições de provisoriamente se fazer um alojamento. Por isso que não é uma casa, porque a pessoa não vai ficar um ano ali dentro, visto a situação atual. A gente traz uma planilha em que tem a indicação de equipe técnica que hoje, no cenário atual, não se tem. Então, ele já é superior ao que você tem atualmente. Ele traz uma previsão de questão de contratação, de alimentação, de cozinheiros, enfim, que é uma coisa que hoje também não tem. Todo o projeto, ele traz a questão do estímulo à recreação, enfim, das crianças, idosos e vamos incluir o adolescente, que hoje não se tem. Então, sim, ele é aprimorado em relação ao que você tem hoje. Ele não é a mesma coisa que se tem hoje. E em relação à privacidade é compreensível assim. Existe, acho que a gente pode pontuar uma privacidade mínima para as pessoas, que não, e aí a gente entra em uma questão até de segurança. O que não se tem como fazer é uma privacidade absoluta dentro de um espaço coletivo. E assim, tu viola um direito à privacidade, mas tu também, concedendo uma privacidade absoluta, tu traz diversos outros problemas, como se viu dessa vez, inclusive, em espaços em que as pessoas estavam dentro de salas de aulas fechadas, as quantidades de denúncias que teve em relação a isso. Então assim, sim, a privacidade ela não vai ser absoluta. Podemos fazer uma indicação de privacidade parcial, de fazer daqui a pouco, algum tipo, enfim, alguma montagem, desmontagem, de um espaço provisório individual para as famílias. A privacidade do banheiro é garantida, como aparece no projeto. E, como já se é hoje, a privacidade do chuveiro também. Agora, uma privacidade absoluta num espaço em que tu tá mesclando diversos territórios, indivíduos, não tem como. **Ângela Voges Pinheiro Araújo (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** A gente restringe

também, que a gente tem que lembrar que é numa situação de calamidade, que algumas coisas num primeiro momento, a gente vai precisar, como resgatar, salvar vidas, acolher e também não restringir a um projeto, que daqui a pouco nos engessa e a gente não pode nem... **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Eu fiquei pensando aqui numa proposta pra gente incluir. Primeiro, o que eu quero chamar atenção aqui é que são OSCs. OSCs que são parceirizadas. Então, não é como a gente viveu aí. As OSCs são parceirizadas e isso é uma questão. Como a gente não tem um diagnóstico desse público, eu penso que talvez um encaminhamento seja de que a gente tenha um diagnóstico pra conseguir fazer esse levantamento das necessidades, que elas podem ser maior de um para o outro. A gente colocou aqui, por exemplo, dois Pop Rua. Pode ser que lá a demanda seja... Quando a Iara deu o exemplo do Bom Jesus que não paga aluguel, por exemplo, e de outro que paga, né? Não sei se isso é possível, nunca fiz parceria. Então, eu não sei como é que é, mas eu fico pensando que talvez a gente pudesse colocar que precisa respeitar a especificidade de cada equipamento, e que isso inclusive possa ser avaliado, a posterior, um aditivo financeiro, alguma coisa do gênero. Não sei se isso é possível e se contempla. Só para tentar auxiliar. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Eixo Baltazar:** Essas OSCs, elas seriam em convênio com a Fasc. Essas OSCs teriam que ter o seu espaço físico? **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** Sim. Não necessariamente. Pode alugar, né? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Pode alugar, pode alugar. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Eixo Baltazar:** Outra pergunta que eu gostaria de saber, como que nós, o Conselho, porque nós devemos saber quais as OSCs que vão assumir e como que o Conselho vai ficar? Nós conselheiros, como vamos ficar sabedores das OSCs que vão assumir essas coordenações? Coordenação e execução. Eu gostaria de saber como que vai ser, como que nós os conselheiros como que vai ser isso? Como vai ser o chamamento dessas OSCs? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Tá. Esse encaminhamento foi feito no sentido de que, enquanto Conselho, nós vamos estar solicitando para a Fasc para saber qual é a forma que isso vai ser feito e colocando que deve ser levado em consideração a expertise do trabalho. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Eixo Baltazar:** Tem que passar pelo Conselho. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e**

946 **Cidadania:** Não, não, não. Não precisa mais, Tânia. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T),**
 947 **Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga**
 948 **01:** Já foi o tempo que passava pelo Conselho. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc**
 949 **– Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Pessoal. Vamos, acertar aqui, ó. A gente tá
 950 na primeira ação. Nós temos ainda outra para ver, certo? **Tânia Mara da Silva Garcia (T),**
 951 **Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Eixo Baltazar:** Eu tenho direito de
 952 questionar sim. Por quê? Porque nós somos usuários, os usuários são eleitos. Nós sabemos,
 953 Presidente, quem votou em nós, onde que moram, o telefone, principalmente o CPF. E nós
 954 conselheiros, o CPF nosso que está lá em Brasília, Presidente. **Laura da Silva Ferronato (T),**
 955 **Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Gente, só uma questão de ordem. São
 956 dez pras 4:00. A gente tá no item 1 e são 15 itens, e a gente tem que sair daqui 5:00 em ponto,
 957 nem um minuto a mais. Então, a gente precisa dar uma certa celeridade ao processo. A gente
 958 não vai pular nada. A gente vai ler tudo, mas vamos prestar atenção pra gente poder dar uma
 959 sequência dentro do horário. A gente tem 1:05 para encerrar tudo, e tem bastante item. Então,
 960 vamos lá. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da**
 961 **Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Tá. Aqui passou pela comissão. Tem duas
 962 questões aqui. Acho que primeiro nós vamos fazer a discussão com tranquilidade, tá? Segunda
 963 questão, tem dois encaminhamentos que eu vi deste ponto. Uma é essa questão de solicitar de
 964 que forma isso vai ser feito. Eu coloquei uma sugestão que eu não sei se é possível, né? Mas
 965 que bom, diante do diagnóstico de cada alojamento, isso possa ser avaliado até um aditivo,
 966 caso tenha necessidade. Eu quero aqui dizer que eu tenho uma outra preocupação. É que daqui
 967 um pouco não se tenha as 10 parceiras pra fazer isso. E aí quem vai sofrer é o pessoal, que não
 968 vai ter o alojamento para ir, né? Então, não sei se isso é possível colocar, e aí eu pergunto, se é
 969 possível juridicamente, assessora jurídica? **Rochele Scott Marinho Neves (T), SMDS –**
 970 **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:** Não é só uma pergunta. Seriam as 10
 971 parceiras, ou pode ser uma, ou duas, ou três pegar todas assim? **Ângela Maria de Aguiar da**
 972 **Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras**
 973 **Restinga 01:** Acho que não. Acho que isso a Fasc vai nos responder. **Ângela Voges Pinheiro**
 974 **Araújo (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Mas eu acho que sim,
 975 pessoal, a gente precisa conversar. Agora se uma OSC tiver condição de gerenciar e colocar
 976 um lugar aqui e outro aqui que atenda as 50, ela pode pegar duas unidades. **João Virgílio de**
 977 **Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Eu não entendi,

978 Ângela, a tua proposta. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
 979 **Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** A minha sugestão é:
 980 hoje tem uma per capita de R\$ 2.380 geral, que seja feito um diagnóstico, eu não sei se seja
 981 feito um diagnóstico, mas considerando a especificidade de alguns alojamentos, que tenha, e
 982 isso é um indicativo, nós não estamos condicionando, um indicativo de que tenha a
 983 possibilidade de ter um aditivo financeiro, caso isso seja apresentado com dificuldade. É um
 984 indicativo só. Só pra gente não sair com isso. Entendeu, João? Indicativo, entendeu?
 985 Indicativo. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e**
 986 **Cidadania:** Então, vamos ver essa primeira ação. Jucemara, me auxilie, As comissões
 987 aprovaram alguns itens aqui. A gente, a gente tá trazendo isso, né? **Jucemara Beltrame,**
 988 **Assessoria Jurídica Cmas:** A plenária é soberana tem que conhecer. **João Virgílio de**
 989 **Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Sim, tem que
 990 conhecer. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da**
 991 **Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Sim. As comissões é um indicativo. É um
 992 indicativo. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e**
 993 **Cidadania:** Só pra uma questão de encaminhamento. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T),**
 994 **Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga**
 995 **01:** As comissões analisaram o projeto, mas elas não aprovam, desaprovam. Quem aprova é a
 996 plenária. Os conselheiros. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de**
 997 **Assistência Social e Cidadania:** Sim. Nós temos a primeira ação então. Voltando aqui,
 998 conselheiros... Vamos passar para o indicativo da Ângela, tá? Alguém defende manter como
 999 está? **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:**
 1000 Eu mantenho, eu defendo manter como está. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc –**
 1001 **Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Então, temos duas votações. Manter como
 1002 está ou com a sugestão da Ângela? **Ângela Voges Pinheiro Araújo (T), Fasc – Fundação de**
 1003 **Assistência Social e Cidadania:** Queria fazer só uma consideração. Na verdade, esse plano,
 1004 ele é um plano emergencial, que é pra gente poder dar continuidade ao que já vem
 1005 acontecendo hoje. E foi previsto com um recurso que já está no fundo hoje, que a gente
 1006 recebeu da Portaria 90 e do Estado. Também, esse recurso tem condições de entrar mais em
 1007 função dos dados que a gente vai informando para eles, que a gente pode daí estar qualificando
 1008 essas questões. Então, nesse momento, foi feito, bom, hoje se tem isso, agora esses
 1009 apontamentos a gente pode estar prevendo os recursos que vêm depois. [Falas concomitantes].

1010 A gente vai poder estar fazendo uma previsão com recurso hoje que já tem. Vai entrar mais, a
 1011 gente vai é informar de que forma que vai ser utilizado, né? **João Virgílio de Almeida Garcia**
 1012 **(T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Tá. Então, ficamos só com a da
 1013 Ângela. Vamos fazer a votação primeiro. Depois a gente continua. Então, quem aprova essa
 1014 primeira ação da instalação e manutenção de alojamentos temporários para parceirizados?
 1015 Levante o crachá. Com o acréscimo da sugestão da Ângela. Abstenções? Quem não aprova?
 1016 **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Vamos para o dois. **Ângela Maria de Aguiar da**
 1017 **Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras**
 1018 **Restinga 01:** Vamos lá. “Indenização por despesas excepcionais por ocasião dos alojamentos
 1019 temporários”. O que aconteceu? Então, o Calábria, deslocamento de trabalhadores e horas
 1020 extras. O CPCA, horas extras de trabalhadores, a AMURT, horas extras de trabalhadores, tá?
 1021 Ali tá o valor mensal. É o recurso da PMPA, e ele é um único valor. E aí, as comissões deram
 1022 parecer favorável a isso. Só para conhecimento, são aqueles trabalhadores que ficaram além do
 1023 tempo, da hora... **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** Acho que a primeira
 1024 explicação é que essas três entidades tiveram alojamento. Abriram um alojamento para a
 1025 população em situação de rua. Eles não tinham esse serviço. Eles abriram para atender essa
 1026 demanda. Por isso, é essa excepcionalidade das horas extras. **Ângela Maria de Aguiar da**
 1027 **Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras**
 1028 **Restinga 01:** Obrigada, Jú. Alguma questão? **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Sim. Tá
 1029 perfeito. Agora, é preciso que verifique, aí tem a ver com o teu diagnóstico, que a Fasc sabe
 1030 que as entidades não fizeram sozinhas. Tá? Por exemplo, eu vou pegar o Calábria, que tem a
 1031 ver conosco, tá? O Calábria não incluiu o alojamento deles sozinho. A equipe do POP 3, que
 1032 foi alagada. Passou, só não estava nos dois primeiros dias, que até agora, até domingo, estará.
 1033 **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** Mas, Iara, aqui se trata de horas extras.
 1034 Horas extras noturnas. É o trabalho para além. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T),**
 1035 **Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga**
 1036 **01:** O que tem aqui, o que eu tô entendendo, era inclusive, como não tinha Pop Rua, teve um
 1037 diálogo da gestão com esses três para abrir. Eu posso falar o da AMURT, que eu acabei
 1038 acompanhando. O Centro POP estava lá, mas o Centro POP cumpria a sua carga horária nos
 1039 seus plantões. Diferente de trabalhadores da AMURT, que ficaram durante a noite e que
 1040 tiveram que colocar mais porque senão, não teria quem ficasse. É o que eu posso dizer do
 1041 exemplo que eu vi lá. [Inaudível]. Não, da AMURT não tem. Deslocamento tá só no do
 1042 Calábria. Eu não entendi o que é esse deslocamento também, confesso que não. **Iara da Rosa,**

1043 **OSC Ilê Mulher:** Deixa assim. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de**
 1044 **Assistência Social e Cidadania:** Tá. Ação dois, indenização por despesas excepcionais por
 1045 ocasião dos alojamentos temporários. Quem aprova? Levante o crachá. Abstenções? Quem
 1046 não aprova? Abstenção tem uma. **APROVADO COM 01 ABSTENÇÃO.** **Ângela Maria de**
 1047 **Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas**
 1048 **– Coras Restinga 01:** Vamos lá. Bom, aí vem um aditivo. OSC, horas extras, Cadastro Único,
 1049 tá? Um termo aditivo para pagamento de horas extras aos entrevistadores sociais da OSC
 1050 parceira da Fundação Maçônica para ampliação do atendimento do Cadastro Único. Então, é
 1051 um valor de R\$ 47.580, tá? E é um recurso do IGD PBF, também é uma parcela só. Aqui a
 1052 justificativa foi que com os alojamentos, teve uma ampliação desse serviço, uma demanda
 1053 maior e que por isso precisou ser feita essa questão das horas extras, tá? Alguma questão?
 1054 **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e**
 1055 **Cidadania:** Referente ao aditivo, então, OSC, horas extras Cadastro Único. Quem aprova?
 1056 Levante o crachá. Quem não aprova? Abstenções? **APROVADO POR UNANIMIDADE.**
 1057 **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da**
 1058 **Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Próximo item. Também veio o aditivo de
 1059 OSC para contratação de entrevistadores sociais. É um termo aditivo para contratação de 15
 1060 entrevistadores sociais junto a OSC parceira Fundação Maçônica, por 180 dias, para ampliação
 1061 do atendimento do Cadastro Único. Então, são R\$ 60.800, seriam seis meses, é o IGD PBF.
 1062 Então, um valor total de R\$ 364.800. A justificativa é a mesma da anterior, como tem,
 1063 principalmente o Governo do Estado que condiciona os benefícios ao Cadastro Único, tá tendo
 1064 uma demanda significativa. Aí a gente perguntou, equipe em quais locais vai atuar, será
 1065 volante? Aí a equipe será direcionada aos postos de atendimento de CAD ou aos CRAS,
 1066 podendo realizar ações descentralizadas, prioritariamente nas regiões mais afetadas pela
 1067 calamidade. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social**
 1068 **e Cidadania:** Então, referente a essa ação da contratação de entrevistadores sociais, quem
 1069 aprova levante o crachá. Abstenções? Duas. Quem não aprova? **APROVADO COM 20**
 1070 **ABSTENÇÕES.** **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
 1071 **Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Bom, aquisições de
 1072 computadores. Aquisição de 13 computadores para o trabalho do CadÚnico. Seria uma única
 1073 parcela de R\$ 145.340. Aí a gente perguntou: solicitar os locais onde ficarão estes
 1074 equipamentos, incluir mais quatro computadores e um note para o CMAS. Essa aí é uma

questão que foi enviada pra Fasc e a resposta veio hoje, tá? Então, a compra de 13 computadores para o CadÚnico. Aí a gente, como é recurso do IGD PBF, né, Adriana, que a gente pode utilizar para o Conselho Municipal de Assistência Social, a gente solicitou que fosse incluída a compra de quatro computadores e um note para o Conselho Municipal de Assistência. Aí veio a resposta da Fasc, tá? Então, em resposta ao CMAS, acerca dos locais de alocação dos 13 equipamentos adquiridos, informam que são esses que estão aqui, tá? Então, é o posto de atendimento da SMDS, Centro Vida, Pracinha da Cultura da Lomba do Pinheiro, Sede Fasc, Demhab, Subprefeitura Cristal, Subprefeitura Extremo Sul, Subprefeitura Restinga, Subprefeitura Partenon, Subprefeitura Leste e Coordenação do CadÚnico, um total de 13 microcomputadores. Faltou aqui a resposta do porquê que não pro CMAS. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** Já tem. [Falas concomitantes]. Pessoal, calma... Vamos só ouvir a resposta. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** “Informamos que o Conselho já foi contemplado na Resolução 22/2024, que aprovou o plano de aplicação IGD PBF. A compra de computadores será feito com recurso destinado naquela resolução. Não há necessidade de inclusão no plano da calamidade. Valor aprovado no plano para o Conselho: R\$ 66.685,95. Quanto à distribuição dos computadores, é importante que a CGB Cad informe os locais”... São eles, e aí cita os locais. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Aqui eu quero colocar duas questões. Primeiro, eu sei que a gente já encaminhou a solicitação da informação de quando chegam esses computadores pro Conselho, e até hoje a gente não obteve resposta. Então, que seja encaminhado para a Fasc que isso tem que ser num prazo muito exíguo e que eles nos digam quanto tempo. Porque não tem como trabalhar no Conselho. A gente não pode fazer uma reunião online, porque não tem como fazer. Então, isso é uma questão. E a outra questão, pessoal, esse é um recurso da política de Assistência Social do CadÚnico. Então, que esses computadores que estão sendo destinados, eles têm que ter o patrimônio da Fasc e que quando terminar eles têm que retornar pra secretaria. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Eixo Baltazar:** Por que não chegaram para o Conselho, gente? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Eles disseram que tem uma resolução com o valor já para a compra e que por isso não precisaria se destinar de novo. **Almadiva Gomes do Valle, Secretária Executiva do Cmas:** Deixa eu só lembrar assim. Quando a gente fez a solicitação dos computadores, foi nos informado pela Fasc que nós iríamos entrar juntamente com a compra

da Fasc, que a Fasc estava organizando uma compra de computadores. E aí a gente encaminhou, solicitando prioridade, tendo em vista que os nossos computadores estão muito velhos. Vocês mesmos viram isso lá no auditório, né? Então, esse é uma situação. Há o recurso da CGV Cad, que foi uma aprovação que tem um recurso de R\$ 60 mil, se não me engano. E aí a gente não encaminhou para computadores. Tá lá. R\$ 60 mil, foi, tá lá, destinado para o Conselho, né? Então, são duas coisas diferentes. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Não, então tem problema na resposta. Porque a gente perguntou de porquê não incluir os computadores. A informação que eu tinha entendido na resposta é que: "Não, ó, já tão incluídos porque vocês já pediram". Isso que a Diva tá dizendo agora é diferente. Tem um recurso lá de R\$ 66 mil que se vocês quiserem, vocês podem usar pra compra de computador. Eu não sei nem quanto dá o valor dos computadores e do note. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Esses R\$ 66 mil é um outro recurso. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** Não, mas isso sim. Só que a resposta que veio, é que já estava garantida a compra dos computadores. Essa foi a resposta que veio. **Almadiva Gomes do Valle, Secretária Executiva do Cmas:** Da compra geral da Fasc. É disso que nós estamos falando. Que nós, não sei se vocês lembram. A DA disse que nós já tínhamos sido incluídos na compra geral, e realmente fomos incluídos. Agora, a gente solicitou prioridade de entrega, né? Isso é uma coisa. [Falas concomitantes]. **Ângela Voges Pinheiro Araújo (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** O encaminhamento é que se não foi feito, tem que pedir. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** Primeiro que tem que patrimoniar. É, patrimoniar e no final da ação que volte pra Fundação, né? **Almadiva Gomes do Valle, Secretária Executiva do Cmas:** E isso vai incluso na resolução? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Sim. Senão passa batido. **Gérson Luiz dos Reis Martins (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Leste:** Uma questão muito simples. Nós contratamos uma OSC pra executar um serviço, tá? E se ela não tem condições técnicas, a gente tem que dar o material pra elas? Nós temos que rever esse contrato. A questão não é voltar pro patrimônio, a questão é não comprar. Eles têm que disponibilizar o material pros entrevistadores trabalharem. Eles estão voltados para a execução desse serviço. Agora, pra mim pegar um Uber, eu vou ter que comprar o carro do motorista? [Falas concomitantes]. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) –**

1140 **Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Pessoal, tem uma proposta aqui, A
 1141 gente vai tirar aqui pra olhar o contrato. Ok? Solicitar o contrato e vamos passar na próxima
 1142 plenária essa aqui. Ok? Vamos pra próxima aí. Pode ser assim? **Jucemara Beltrame,**
 1143 **Assessoria Jurídica Cmas:** Pode. Sim. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum**
 1144 **Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:**
 1145 Vamos lá. Aditivo, OSC, ampliação de metas, Albergue Dias da Cruz. Termo aditivo de 60
 1146 metas de atendimento. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de**
 1147 **Assistência Social e Cidadania:** A gente não ia deixar essas três últimas por último, passar as
 1148 que estão ok? Pode ser? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
 1149 **Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Pode ser, então
 1150 vamos pro outro. Vamos para os que estão parecer favorável. Isso? Chamamento de
 1151 servidores para a Fasc. Reposição de servidores exonerados. Previsão de 17 técnicos sociais,
 1152 repercussão financeira individual: R\$ 11.287,26 por mês, tá? Então ali, a gente colocou, ó,
 1153 indicação de aumento da reposição de técnicos sociais, com o acréscimo de mais 18,
 1154 totalizando 35, que é a vacância de assistentes sociais na Fasc. Então, como tem essa vacância,
 1155 eles apontaram só 17, o que nós colocamos lá, é que tem que ter mais 18 para dar conta então,
 1156 da vacância de Assistência Social. E aí, até para constar em ata, aqui eu quero trazer duas
 1157 questões, né? Primeiro, pra conhecimento de todos os conselheiros, é que o CMAS participou
 1158 de uma reunião com o Ministério Público que tratava desta questão dos concursados. E, uma
 1159 das questões que foi colocado lá, é o período eleitoral que tem um tempo para... Então, tem
 1160 uma proposta aqui de chamamento de concursado e o prazo é até 6 de julho. Né? Então, penso
 1161 que a gente tem que solicitar se esse processo já está em fase de conclusão, para que a gente
 1162 tenha a garantia de que não ultrapasse o período eleitoral, porque daí não vai poder chamar. Aí
 1163 nós estamos definindo um recurso que não vai ser utilizado, e depois vem pra reprogramação.
 1164 A outra questão, que daí pra constar em ata também, que a gente faz questão de dizer, é que a
 1165 Fasc foi a única secretaria que, não sei se é “renovou” a palavra que diz, mas que não renovou
 1166 o período lá do concurso pra psicólogo. Todas as outras secretarias... Como é que se diz,
 1167 pessoal? "Prorrogou". Prorrogou ali o concurso. E a Fasc foi a única secretaria que não fez
 1168 isso pra psicólogo. Então, enquanto representação dos trabalhadores a gente faz questão de
 1169 colocar isso, que a gente não entende o porquê que isso tá acontecendo. Mas, em relação a
 1170 este ponto, ficou é essa questão, né? **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação**
 1171 **de Assistência Social e Cidadania:** Com parecer favorável, com essa ressalva que a Ângela
 1172 colocou, da indicação de aumento de reposição de técnicos sociais, com acréscimo de mais 18.

1173 Totalizando 35. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
 1174 **Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** E que se lhe, se
 1175 solicite a informação deste processo, já que o prazo se encerra 6 de julho. **João Virgílio de**
 1176 **Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Então, tem
 1177 mais um acréscimo. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência**
 1178 **Social e Cidadania:** Então, pra encaminhamento, chamamento de servidores da Fasc. Parecer
 1179 favorável com as ressalvas propostas, né? Quem aprova, levante o crachá. Abstenções? Quem
 1180 não aprova? Então, **APROVADO POR UNANIMIDADE COM AS RESSALVAS.** **Ângela**
 1181 **Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência**
 1182 **Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Ampliação de metas, Casa de Passagem. Chamamento
 1183 público da OSC para 50 metas com a OSC parceira para ampliação da rede de acolhimento à
 1184 população em situação de rua em Casas de Passagem Masculina. Esse é um recurso do
 1185 Ministério dos Direitos Humanos. Esse não era aquele que era só para conhecimento? Não?
 1186 Tá, desculpa. Então, na realidade, essa é a proposta para a Casa de Passagem Masculina. É
 1187 mais uma casa. Tem uma que foi implementada, né? Que tá sendo implementada, e essa é mais
 1188 uma. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** O que me chama a atenção ali, ó: Chamamento público
 1189 de OSC para 50 metas com a OSC parceira... Porque ali, quando tu diz "a OSC parceira", se já
 1190 tem uma, tu tá direcionando pra mesma. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc –**
 1191 **Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Vamos arrumar a redação aí. **Laura da Silva**
 1192 **Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** É que nesse caso,
 1193 como é uma ampliação de meta, necessita que seja feita uma ampliação com uma entidade que
 1194 já executa o serviço, assim como o serviço de convivência. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:**
 1195 Isso aí é aditivo, né? Não é ampliação, é aditivo. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc –**
 1196 **Fundação de Assistência Social e Cidadania:** É um aditivo. Ampliação de metas, parceira
 1197 para ampliação da rede de acolhimento à população. Então, a gente só tira o nome
 1198 "chamamento". **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** Eu acho que não pode ser
 1199 ampliação de metas. Acho que tem que ser só Casa de Passagem e tirar "chamamento", tirar
 1200 como "a OSC", né? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
 1201 **Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** É, chamamento
 1202 público, porque não será um chamamento público. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc –**
 1203 **Fundação de Assistência Social e Cidadania:** É, isso, é só tirar o "chamamento público"
 1204 porque afinal de contas, ampliação é só com o serviço que já existe. [Falas concomitantes].

1205 **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da**
 1206 **Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** É uma casa nova de passagem masculina
 1207 com recursos. O que tá sendo colocado aqui, é que não terá um chamamento público. Por quê?
 1208 Considerando o período da calamidade, vai ser feito um aditivo com uma entidade que já
 1209 executa esse trabalho. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** "Chamamento
 1210 público de OSC para 50 metas com a OSC parceirizada". Acho que aí tem um problema de
 1211 redação. **Gérson Luiz dos Reis Martins (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS –**
 1212 **Coras Leste:** Aí é um chamamento direcionado. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Tá
 1213 direcionado. [Falas concomitantes]. Muita calma nessa hora. O que nós tiramos como
 1214 encaminhamento? Não está ali. Que a gente solicitou a avaliação técnica e a avaliação da
 1215 parceria em relação a este serviço. E também colocamos que nós estaríamos... Não me lembro
 1216 qual o período, mas num período aí... 90 dias? Indo lá para fazer a fiscalização e avaliação
 1217 desse serviço. Isso foi o que nós colocamos diante do que nos foi dito. Ponto. **Edson, Centro**
 1218 **Pop:** A gente já tá começando com um projeto precarizado. Sendo bem diretamente. Mas eu
 1219 não entendo porque a gente dificulta tanto às vezes, né, porque é muito Conselho, é muito...
 1220 Eu sei porque eu tô nisso direto há muito tempo, mas eu não entendo porque são sempre as
 1221 mesmas entidades que vêm, se as mesmas entidades que ganham, é as mesmas entidades que a
 1222 gente tá processando e que a gente briga e que a gente bate, né? Então, essas questões, né?
 1223 Talvez as questões não sejam do Conselho, seja de lá de dentro da gestão da Fasc mesmo,
 1224 trazendo para cá, porque tem projetos que tá passando que nem entra no Conselho, já passa
 1225 direto pela Fasc. Né? Eu vejo que todo mundo quer ajudar, que tem a boa vontade, mas eu
 1226 também vejo que a gestão não tem a boa vontade. Porque a gente tá sempre se digladiando, e
 1227 eu já tô vendo o projeto. Eu já vi o projeto, eu já tive a reunião na segunda-feira, nós tivemos,
 1228 e eu já vi que tá precarizado. A gente tem que ver como é que a gente vai melhorar. É, essas
 1229 coisas que a gente tem que ver aqui. Como é que a gente vai melhorar? Porque a gente tá
 1230 brigando aqui, já tem verba, vem de lá do governo sem passar por aqui pelo Conselho. Já
 1231 passou e já tá em outra mão. Né? Como a do Dias da Cruz, entendeu? Que nem passou aqui,
 1232 já tem, são 60 vagas. Então, né? Às vezes, passam por cima do Conselho, né? Então, coisas
 1233 assim que fica me incomodando assim, né? Que eu vejo as pessoas se digladiando pra
 1234 melhorar, mas a gestão não faz o papel dela que tem que estar fazendo, né, respeitar e escutar
 1235 o Conselho. Trabalhar e escutar o Conselho. É só mais ou menos isso a minha fala porque eu
 1236 já conversei. **Gérson Luiz dos Reis Martins (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS –**
 1237 **Coras Leste:** A minha questão é muito simples, fala ali em "chamamento público", não é

1238 "chamamento público". Por que a gente não faz um chamamento público de verdade? Eu acho
1239 que a questão da emergência é mais direcionado pra uma compra, solicitação de cesta básica,
1240 uma contratação de pessoal, mas nós estamos falando da abertura de uma nova casa, de um
1241 serviço, onde ninguém mais poderá concorrer, só a OSC que já executa. Então, é uma carta-
1242 convite. Ou um jogo de compadre, ou conluio, ou como queiram chamar. **Rochele Scott**
1243 **Marinho Neves (T), SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:** Só acho
1244 meio sério essas palavras. Acho que a gente tem que cuidar, pessoal, se for registrar assim na
1245 ata: conluio. Acho que já afasta um pouco. Eu tô observando todas as falas. A questão do
1246 chamamento, eu passei por isso na SMDS. Fazer chamamento agora, nós estamos em torno de
1247 1.300, 1.400 pessoas em alojamentos na cidade. Então, a cada dia as coisas tão mudando,
1248 talvez quando a gente chegar ao termo de um chamamento público, a gente tenha um grupo
1249 muito menor, e talvez a gente não esteja ainda funcionando como a gente gostaria nesse
1250 projeto melhor, adequado com esse plano de ação. Então, não dá tempo, a gente precisa
1251 registrar que nós temos um decreto de calamidade. Então, não dá tempo de cumprir todos os
1252 ritos, que eu concordo que são os mais adequados, o chamamento público sempre é o mais
1253 adequado, o mais correto, dentro da lei. Mas nós estamos em um estado de calamidade ainda,
1254 por mais que tenhamos melhorado já, né, avançado em algumas questões, mas ainda nós
1255 estamos nesse estado de calamidade. Então não dá tempo. **Laura da Silva Ferronato (T),**
1256 **Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** É, como a gente disse lá no começo, a
1257 gente fez duas reuniões até chegar a esse momento de hoje, com as comissões, né? Na
1258 primeira, quando a gente tinha solicitado a alteração, eu vou ler o que ficou de solicitação que
1259 entrou, antes da solicitação que a gente fez, tá? Então, primeiro, que o texto anterior estava
1260 melhor redigido do que este que está sendo apresentado agora. O que estava escrito? Termo
1261 aditivo de 50 metas com a OSC parceira ADRA, por 180 dias, para ampliação da rede de
1262 acolhimento à população em situação de rua em Casa de Passagem Masculina. Então, ele traz
1263 a questão específica da calamidade, 180 dias. Em momento algum fala de nova casa, ele fala de
1264 ampliação de metas. Ampliação de metas pode ser inclusive que a casa atual se mude pra uma
1265 casa maior para ampliar essas 50 metas.

1266 O encaminhamento foi que se fizesse um parecer da CGVCONV quanto à prestação de contas
1267 e relatório técnico, quanto à execução dos serviços realizados pela OSC. E aí a questão da
1268 fiscalização depois, da Comissão de Fiscalização, fazer essa fiscalização em até 90 dias.

1269 **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** Não veio o parecer da Fasc, e aí eles só
1270 tiraram o nome da ADRA dali, e ficou assim. Nós solicitamos o parecer técnico em função das

denúncias que o Conselho tinha recebido, e também a questão da prestação de contas da ADRA. Aí a Fasc não encaminhou isso pra nós. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Então, eu sugiro que a gente suprima. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Tá. Por que nós vamos suprimir? Qual é o encaminhamento correto? Só lembrando que é uma questão de calamidade e isso vai demorar mais pra sair depois. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Exatamente o que eu ia falar. **Rochele Scott Marinho Neves (T), SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:** Ainda que não seja o parecer da CGVCONV, vem ao contrário acho que à ação da ADRA, da prestação de contas, enfim, mas a gente pode fazer uma dispensa de chamamento público e garantir a ampliação de metas. Então, uma coisa não invalida a outra. Tecnicamente, se a gente vai ampliar metas, mas com uma outra OSC, com dispensa, se assim for entendido. Então, é possível, não necessariamente pra ampliar metas a gente precisa ampliar com a ADRA. Caso tenha alguma inviabilidade da prestação de contas da OSC, há possibilidade de ampliar metas sem aditivo e sem chamamento público. Isso é possível na calamidade. Isso é possível, isso está previsto na lei de 2019 lá, dispensa em estado de calamidade. Então, há possibilidade de ampliação. Então, é uma construção. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Então, vamos suprimir e aguardar o encaminhamento da CGVCONV. Isso? Ângela. Próxima. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Tá. Estadia Solidária. Então, é uma Lei Municipal 3934, de 5 de junho de 2024, que altera a Lei Municipal 13.640 de 2023. Público prioritário: idosos, PCDs, famílias atípicas, mulheres vítimas de violência, pessoas em situação de rua e famílias em áreas de risco. Renda familiar per capita até meio salário mínimo, tá? Deixa eu só colocar o valor. É R\$ 27.558.000. E aí aqui então, já tem o decreto ali, porque a gente perguntou quais os critérios de inclusão, como é que isso ia acontecer? Aí depois, saiu então o decreto, conforme o decreto municipal que atualizou e a inclusão do Pop Rua, vide processo, tá? Que a gente já tinha solicitado. A gente inclusive já tem a informação de toda a população em situação de rua que passaram pelos alojamentos. Já tá sendo encaminhado, nome, CPF, pra garantia da estadia solidária, tá? Tá. Vai, João. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Tem mais ali. Estadia Solidária, conforme decreto. Necessidade de comprovação pela Defesa Civil que a moradia não possui condição para retorno. População de rua. Ela leu. Tá certo. Votação. Quem aprova Estadia Solidária? Levante o crachá. Quem se

1304 abstém? Quem não aprova? **APROVADO COM UMA ABSTENÇÃO.** **Ângela Maria de**
1305 **Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas**
1306 **– Coras Restinga 01:** Vamos lá. Serviços de recuperação das unidades com limpeza e
1307 reparos. Obras e reparos nas unidades atingidas. Também é um recurso do ministério. É só pra
1308 informação. Ministério do Desenvolvimento Regional. Os conselheiros precisam saber disso,
1309 tá? Então, CRAS Ilhas e CRAS Farrapos serão construídos novos com recurso do BID. Por
1310 quê? Porque aqui a gente questionava de porquê que esses dois não estavam. E aqui também
1311 foi um debate significativo em relação à questão das obras e dos reparos. Então, em relação ao
1312 CRAS Ilhas e o CRAS Farrapos, o que foi colocado é que terá uma construção nova com
1313 recurso do BID. CRAS Serviços de recuperação das unidades com limpeza e reparos. Aí no
1314 CRAS Centro, CRAS Norte, CREAS Norte, Serviço de Convivência CRAS e CREAS, Abrigo
1315 Marlene, Sede, Anexo do prédio da Sousa Reis, CECOPAM e CRAS Glória, tá? A gente
1316 perguntou ali: por que que o CRAS Glória estava relacionado se ele não foi atingido, tá?
1317 **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** Não, isso aí nós não deliberamos, só veio
1318 para conhecimento. Isso aí também é recurso do Ministério. **Ângela Maria de Aguiar da**
1319 **Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras**
1320 **Restinga 01:** Então, vai. Bom, aluguel temporário durante a reforma das unidades atingidas.
1321 Então, aluguel seria pro CRAS Norte, CREAS Norte, CRAS Glória, CRAS Farrapos, CRAS
1322 Centro, Abrigo Marlene. Aí a gente perguntou por que o CRAS Ilhas não terá espaço alugado.
1323 Aí a observação. Foi apontado que devem retirar o CRAS Glória e Farrapos na apresentação
1324 da ação da planilha, porque aqui também tinha previsão de recurso de aluguel do CRAS
1325 Glória, e aí a gente questionou se ele não tinha sido atingido como é que ele tava. Então, ele
1326 foi retirado, tá? Parecer. Daí, CRAS Ilhas e Farrapos tentaremos não alugar com o apoio de
1327 unidades móveis Senai e Sesi. Essa foi a resposta da Fasc, e aí as comissões discutiram que não
1328 tem como, né, porque tu não pode ficar só com as unidades, enfim. Aí veio o nosso parecer:
1329 realizar a limpeza e manutenção do local já locado para o CRAS Ilhas, mantendo a unidade
1330 móvel para apoio de trabalho nas quatro ilhas do arquipélago. Porque daí foi dito isso. O
1331 CRAS Ilhas já era um prédio alugado. Então, parece que ele tem condições de, então ele foi
1332 incluído para limpeza, enfim, fazer tudo que precisa ser feito. Mas a manutenção das unidades,
1333 considerando que Ilhas foi o local que foi um dos mais atingidos. **João Virgílio de Almeida**
1334 **Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Pessoal. Aluguel
1335 temporário durante a reforma das unidades, com a ressalva feita pelo CMAS. Quem aprova?
1336 Levante o crachá. Quem se abstém? Quem não aprova? **APROVADO POR**

1337 **UNANIMIDADE.** O próximo. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal**
 1338 **dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Tá. Bom,
 1339 aquisição de mobiliário. Reposição de mobiliário para oito unidades atingidas, CRAS e
 1340 CREAS. O parecer da comissão, foram de parecer favorável. Terá que ser enviado ao CMAS a
 1341 relação das oito unidades, tá? E aí, eles colocaram, já veio a resposta, mas aí o que é? Mesinha
 1342 L para técnico, computadores, cadeiras giratórias, mesa de atendimento, mesa retangular para
 1343 reunião, seis lugares, cadeiras para reuniões, ar-condicionado, cadeiras para empilhar, né?
 1344 Porque foram os equipamentos que se perderam no processo. **João Virgílio de Almeida**
 1345 **Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Então, para aquisição de
 1346 mobiliário, quem aprova? Levante o crachá. Quem se abstém? Quem não aprova?
 1347 **APROVADO POR UNANIMIDADE.** **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum**
 1348 **Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:**
 1349 Vamos lá. Aquisição de mobiliário. Reposição de mobiliário para uma unidade atingida que é o
 1350 Abrigo Marlene, tá? Que daí foi um outro recurso também pro Abrigo Marlene, que é um split
 1351 24 BTUs para a recepção, seis splits 12 BTUs para as salas, cama e fogão industrial. Parecer
 1352 favorável. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e**
 1353 **Cidadania:** Esse é o item da aquisição de mobiliário pro abrigo... Aquisição de mobiliário pro
 1354 Abrigo Marlene. Quem aprova? Levante o crachá. Abstenções? Uma. Quem não aprova? Uma
 1355 não aprova. Então, **APROVADO COM 01 ABSTENÇÃO E 01 VOTO CONTRÁRIO.**
 1356 **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da**
 1357 **Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Outro é o seguinte. Então, foi solicitada a
 1358 compra de um caminhão, cabine. Desculpa, o aluguel de um caminhão, cabine dupla.
 1359 Distribuição maior para o volume de cestas básicas, tá? Seria para o período de 6 meses. Seria
 1360 com o fundo. Aí o Conselho perguntou por quanto tempo será o contrato. Aí tava ali 6 meses.
 1361 Depois vem dois veículos pick-up, transportar material e equipe técnica de Engenharia da Fasc,
 1362 para recuperar prédios atingidos pelas enchentes. Seria por 6 meses. Aí a gente perguntou por
 1363 quanto tempo será o contrato? Já tá ali por 6 meses, né? O parecer, então, é favorável à
 1364 sugestão de dois veículos pick-up, para transportar material e equipe da COPE.
 1365 É a questão do serviço de locação de veículos com motorista, né? Tá. Aí depois veio a questão
 1366 de um furgão tipo Van, transportar mobiliário, CRAS e CREAS. Aí, o que a gente colocou?
 1367 Por quanto tempo será o contrato? Veio 6 meses. A discussão das comissões que, enfim, se
 1368 encaminhou foi, que o parecer fosse substituir o furgão por um caminhão. Porque como é
 1369 apresentado transportar mobiliários de CRAS e CREAS, lá em cima tu tem um caminhão pra

1370 distribuição também de coisa. O que a comissão discutiu, que é muito mais viável tu ter um
1371 caminhão para fazer isso do que um furgão, porque um furgão, ele é um furgão, ele é fechado.
1372 E aí a gente não entendeu um pouco isso, tá? Então, a gente encaminhou isso e a resposta,
1373 Diva? Agora a resposta. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** Não veio resposta
1374 disso. A Laura trouxe a informação que só tinha um caminhão, porque na realidade, a Fasc já
1375 tem um caminhão. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência**
1376 **Social e Cidadania:** Por isso que se colocou o furgão. **Jucemara Beltrame, Assessoria**
1377 **Jurídica Cmas:** E que o que nós tínhamos combinado na executiva? Que se tiraria esse item
1378 para a Fasc explicar porquê a necessidade do furgão, já que havia... Então, a gente ia tirar
1379 daqui pra poder esperar. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
1380 **Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Isso. Obrigada,
1381 assessora. É isso. Então, retira. Passa pro outro. Os dois primeiros estariam aprovados. **João**
1382 **Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Mas
1383 tem o outro ainda, tem o sete veículos Sedan. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum**
1384 **Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Sete
1385 veículos Sedan para os seis CRAS e um CREAS que não possuem veículos, tá? Aí a gente
1386 colocou: primeiro, pergunta, de quais são os CRAS. A gente foi de parecer favorável, mas a
1387 gente perguntou se é um novo contrato, tendo em vista que o CREAS já tinha um carro. Aí, a
1388 gente também colocou que não pode ser carro de cor preta, podendo ser identificado nos
1389 territórios como um veículo policial, que já aconteceu, tá? Então, aqui era porque tinha
1390 previsão de um carro pra um CREAS que já tinha carro. Aí veio a resposta. Ali. CRAS
1391 Restinga, Quinta Unidade, não tem veículo, CRAS Restinga Velha também não, CRAS Sul
1392 também não, CRAS Leste 2 não tem, CRAS Norte não tem, CRAS Glória não tem. CRAS
1393 Lomba, a empresa solicitou o término de contrato, não quer renovar. Assim, precisamos
1394 contratar urgente para não deixar sem veículo. Não se trata do CREAS Restinga, tá? Então,
1395 eles erraram. É, porque eles botaram CREAS Restinga. Foi uma correção. É uma correção.
1396 Tá, eu só quero saber do recurso do carro que abriu mão, depois como é que ficou. **João**
1397 **Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:**
1398 Então, tem o serviço de locação de veículos. A gente suprimiu o furgão, tá? Pra aguardar. É
1399 um serviço de locação de veículo com motorista, suprimindo ali a questão do furgão, que a
1400 gente vai aguardar o retorno da Fasc. Então, o caminhão ok, veículo ok. Sete veículos Sedan
1401 para seis CRAS e um CREAS. Quem aprova? Levante o crachá. Quem se abstém? Quem não

aprova? Então, **APROVADO POR UNANIMIDADE**. O que ficou? Então, ficou só esse, o último. Ângela, fique à vontade, por favor. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Tá ali o Dias da Cruz. Vamos lá. Pessoal, então, teve a questão da solicitação de um aditivo, ampliação de metas, Albergue Dias da Cruz. É um termo aditivo de 60 metas de atendimento diurno das 7h às 19h, junto à OSC parceira Instituto Espírita Dias da Cruz, por 90 dias, para ampliação da rede de acolhimento à população em situação de rua, tá? Como será feito um aditivo em um termo de parceria com modalidade de acolhimento distinta: albergue e abrigo institucional? Como será garantida a acessibilidade ao serviço dos usuários? E terceira: a diferença do valor per capita, né? O encaminhamento então, foi fazer contato telefônico e por e-mail, para solicitação de informação a respeito do repasse de recursos. A resposta da Fasc foi que a proposta é do atendimento estendido para o dia e razão de proteção do inverno, da calamidade por 90 dias. Ou seja, a gente tinha, em algumas situações apresentavam como um acolhimento, como um abrigo. E aí depois o que foi colocado é isso: não, ele foi feito um aditivo estendido. Ou seja, a gente atendia 100 metas no albergue. A gente pegou dessas 100 metas, 60. E aí a gente fez um aditivo que a gente ia atender elas durante o dia também. Então, isso foi o que nos foi colocado. Bueno. Qual é a discussão que nós fizemos? Albergue não é um serviço tipificado. E por não ser um serviço tipificado, não tem como nós encaminhar a aprovação. O que a gente fez então? Porque aí teve uma fala, inclusive da Fasc, dizendo que já tinha conversado com o próprio MDS, que eles tinham dito que podia, que não sei o quê. Aí a gente, então, tirou, que nós estaríamos encaminhando, em caráter de urgência, a solicitação, Em período de calamidade se pode, se não pode? Não veio, até hoje não veio. A gente encaminhou terça-feira, ela ainda não chegou. A nossa assessora jurídica traz a questão da legislação, inclusive da calamidade pública, colocando esta dificuldade. Esta dificuldade, não. Colocando a inviabilidade de conseguir se aprovar em relação a isso, tá? Foi a mesma questão da solicitação do repasse do recurso para o Calábria, na contratação de 128 trabalhadores. Ele não está mais aqui, ele foi retirado, mas a gente recebeu um parecer do MDS colocando a inviabilidade disso. As parcerias são com serviços executados, e não para a contratação de RH. Então, veio este parecer. O Conselho encaminhou este parecer. Inclusive, eu, eu quero encaminhar aqui que a gente solicite pra Fasc a informação de como então, eles estão fazendo e mantendo este processo, né, da contratação e do chamamento com a OSC, na medida que já tem inclusive um parecer em relação a isso. Então, quero colocar este encaminhamento aqui pra que a gente faça esse levantamento. Então, acho que em relação ao Dias da Cruz, o que a

1435 gente encaminha é que a gente precisa desse parecer, né? **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** A
1436 pergunta que eu faria, que não quer calar... [Falas concomitantes]. Desculpa, mas não é assim.
1437 Eu sei que está sendo feito, que deve, tem que aprovar que o tá sendo feito. Mas são as
1438 mesmas pessoas do joguinho. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** A Fasc tem
1439 toda autonomia de fazer a contratação que ela quiser. Não significa dizer que o Conselho vai
1440 cancelar por conta disso. Porque aqui, quem responde é cada conselheiro. Tu sabe disso. Tu
1441 já foi conselheira. **Iara da Rosa, OSC Ilê Mulher:** Então, é assim. Eu sei. **João Virgílio de**
1442 **Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Só para colocar
1443 também, a gente solicitou ao MDS o documento aquele. Nós temos um documento do MDS,
1444 onde ele... **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica Cmas:** É a solicitação para a Fasc de
1445 como é que ela fecha uma parceria no dia 11 deste mês, quando já se tinha conhecimento desse
1446 parecer contrário. **Laura da Silva Ferronato (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e**
1447 **Cidadania:** Então, acho que só para lembrar e deixar registrado. O parecer chegou no dia 17,
1448 foi depois. [Falas concomitantes]. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação**
1449 **de Assistência Social e Cidadania:** Então, a gente tá aguardando o parecer do MDS e vamos
1450 suprimir por enquanto aqui. Então, muito obrigado a todos, um bom fim de tarde.
1451 *Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de*
1452 *Assistência Social, às 17h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro*
1453 *nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.*